



Agência Reguladora de Águas,
Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal

RELATÓRIO DE

ATIVIDADES

2012

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO EXERCÍCIO DE 2012

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO EXERCÍCIO DE 2012

Relatório de Atividades apresentado à Secretaria de Planejamento e Orçamento - SEPLAN, que comporá a prestação de contas anual do Governador, conforme estabelecem os incisos XVII, do Artigo 100 da Lei Orgânica do Distrito Federal, os incisos V e XV, do artigo 138, da Resolução nº 38/90 do Tribunal de Contas do Distrito Federal, alterado pela Emenda Regimental nº 24, de 08/07/2008, o artigo 90 do Decreto nº 32.598/2010 de 15/12/2010 – Normas de Planejamento, Orçamento e Finanças Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal, e o art. 8º da Lei Nº 4.742/2011, de 29/12/2011, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2012 a 2015.

LISTA DE ABREVIÇÕES E SIGLAS

ABAR	Associação Brasileira de Agências de Regulação.
ADASA	Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal.
ANA	Agência Nacional de Águas.
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica.
ANP	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.
AP	Audiência Pública.
APP	Área de Proteção Permanente.
ARCE	Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará.
ATTR	Áreas de Transbordo, Triagem e Reciclagem.
BAR	Base de Ativos Regulatória.
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento.
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BR	Brasil.
CAESB	Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal.
CBH	Comitês de Bacias Hidrográficas.
CEBGÁS	Companhia Brasiliense de Gás.
CTRS	Central de Tratamento de Resíduos Sólidos.
DC	Diretoria Colegiada.
DF	Distrito Federal.
DODF	Diário Oficial do Distrito Federal.
DRE	Diretoria Regional de Ensino.
FR	Fluviógrafo.
FUNAP	Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso.
GAB	Gabinete.
GDF	Governo do Distrito Federal.
GNV	Gás Natural Veicular.
IAQR	Indicador ADASA de qualidade regulatória
IBRAM	Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal.
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.
IEEA	Indicador da Eficácia de Educação Ambiental
IES	Índice de Envolvimento Social
IQT	Índice de Qualidade Técnica
ISA-F	Indicador Sócio Ambiental Para Favelas.
ISO	Organização Internacional para Padronização.
JUR	Serviço Jurídico
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias.
LOA	Lei Orçamentária Anual.
MBA	Master of Business Administration.
MMA	Ministério do Meio Ambiente.
NAC	Núcleo de Atendimento ao Cliente.
NCI	Núcleo de Comunicação e Imprensa.
NOVACAP	Companhia Urbanizadora da Nova Capital.
OUV	Ouvidoria.
P	Pluviométrica.
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento.
PAD	Project Appraisal Document.
PASEP	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público.
PDRSU	Plano Diretor de Resíduos Sólidos Urbanos do Distrito Federal.
PGIRH	Plano de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos do Distrito Federal.
PPA	Plano Plurianual.
PR	Pluviógrafo.
PRODOC	Projeto de Cooperação Técnica Internacional ADASA/UNESCO.
Q	Qualidade de água.
RCD	Gestão Integrada de Resíduos da Construção Civil e Resíduos Volumosos.
RIDE	Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno.
RTP	Revisão Tarifária Periódica.
SAF	Superintendência de Administração e Finanças.
SAG	Sistema de Acompanhamento Governamental.
SDE	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal.
SEDEST	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda.

SEDHAB	Secretaria de Estado de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano.
SEF	Secretaria de Estado da Fazenda.
SEMARH	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal.
SEPLAN	Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento
SGE	Secretaria Geral.
SIGGO	Sistema Integrado de Gestão Governamental.
SIRH	Sistema de Informações dos Recursos Hídricos.
SISAGUA	Sistema de Informação da Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano.
SLU	Serviço de Limpeza Urbana.
SRE	Superintendência de Regulação Econômica.
SRH	Superintendência de Recursos Hídricos.
SRT	Superintendência de Regulação Técnica.
SPE	Superintendência de Planejamento e Programas Especiais
TAC	Termo Compromisso de Ajustamento de Conduta.
TCDF	Tribunal de Contas do Distrito Federal.
TERRACAP	Companhia Imobiliária de Brasília.
TFS	Taxas de Fiscalização sobre Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Saneamento.
TFU	Taxa de Fiscalização do Uso dos Recursos Hídricos.
UAG	Unidade de Administração Geral.
UAH's	Unidades de Análise Hidrológica.
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais.
UGP	Unidade de Gerenciamento de Projeto.
UM	Unidade de medida
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.
UO	Unidade Orçamentária.

LISTA: Figuras, Gráficos, Tabelas e Mapas**Tabelas**

Tabela 1: Força De Trabalho Da Adasa Em 2012	17
Tabela 2: Execução Orçamentária E Financeira	18
Tabela 3: Indicador Sócio Ambiental Para Favelas (ISA-F)	19
Tabela 4: Indicadores	19
Tabela 5: Execução Orçamentária E Financeira	22
Tabela 6: Indicadores	23
Tabela 7: Execução Orçamentária E Financeira	33
Tabela 8: Indicadores Do Programa Meio Ambiente E Recursos Hídricos – OE 06	34
Tabela 9: Indicadores	47
Tabela 10: Quantidade De Mudas Plantadas Por Ano	48
Tabela 11: Execução Orçamentária E Financeira	53
Tabela 12: Participação De Servidores Em Eventos De Capacitação	54
Tabela 13: Benefícios	55
Tabela 14: Manifestações atendidas em 2012	58
Tabela 15: Canais de atendimento	59
Tabela 16: Atendimento relacionado a recursos hídricos: cadastros e entregas de outorgas	60
Tabela 17: Audiências Públicas realizadas na Adasa em 2012	61
Tabela 18: Execução Orçamentária e Financeira	66
Tabela 19: Execução Orçamentária e Financeira	66
Tabela 20: Meta Física	67

Gráficos

Gráfico 1: Comportamento De Tarifas 2001 - 2012	27
Gráfico 2: Quantidade Total De Hidrômetros Individualizados	29
Gráfico 3: Evolução Da Hidrometração Individualizada No Df (2006-2012)	30
Gráfico 4: Outorgas Ano 2012	35
Gráfico 5: Outorgas Por Ano	36
Gráfico 6: Níveis Do Lago Paranoá – 2012	43
Gráfico 7: Atos De Fiscalização – 2012	45
Gráfico 8: Demanda Por Mediação De Conflito	45
Gráfico 9: Atos De Fiscalização Por Ano	46
Gráfico 10: Natureza Das Manifestações	58
Gráfico 11: Situação Das Manifestações	59
Gráfico 12: Canais De Atendimento	60

Figuras

Figura 1: Vistoria Lançamentos Irregulares	32
Figura 2: Unidades de Análise Hidrológica	36
Figura 3: Outorgas De Uso De Recursos Hídricos (Superficiais)	37
Figura 4: Outorgas De Uso De Recursos Hídricos (Subterrâneas)	38
Figura 5: Estações Hidrometeorológicas Adasa Distrito Federal	39
Figura 6: Dados Gerados Pela Estação De Monitoramento Do Rio Descoberto	41
Figura 7: Imagens Dos Plantios	49
Figura 8: Imagens Das Ações Educacionais	49
Figura 9: Pontos De Controle Na Bacia Do Pípiripau	50
Figura 10: Exemplo De Proposta Que É Apresentada E Discutida No Âmbito Da	51
Figura 11: Dia Mundial Da Água	65

Mapas

mapa 1: Localização Dos Poços Da Rede De Monitoramento Subterrânea Instalados	40
Mapa 2: Qualidade De Água – Revisão Do Pgirh	42
Mapa 3: Áreas De Plantio	48

Diretoria Colegiada

Diretor Presidente
Vinícius Fuzeira de Sá e Benevides

Diretores
João Carlos Teixeira
Antonio Magno Figueira Netto
Diógenes Mortari

Chefe de Gabinete
Roberto Costa

Secretário Geral
Francisco Rodrigo Sábatto de Castro

Assessoria
Luiz Carlos Buriti Pereira
Guilherme Drügg Barreto Viana
André Luiz da Silva Moura
Paulo Antônio Soares Cotta
Urbano Medeiros Fernandes
João Carlos Maldini Quijano

Superintendência de Administração e Finanças
Leosmar Litran dos Santos

Superintendência de Abastecimento de Água e Esgoto
Antônio de Pádua Loures Pereira

Superintendência de Drenagem Urbana, Gás e Energia
Carlos Francisco Pena Ribeiro

Superintendência de Estudos Econômicos e Fiscalização Financeira
José Queiroz da Silva Filho

Superintendência de Planejamento e Programas Especiais
Carlos Pinheiro dos Santos Bastos Neto

Superintendência de Recursos Hídricos
Rafael Machado Mello

Superintendência de Resíduos Sólidos
Marcos Helano F. Montenegro

Serviço de Atendimento aos Usuários e Mediação
Thelma Lúcia Ramos do Amaral

Serviço Jurídico

Adelce Pinto de Queiroz

Serviço de Tecnologia da Informação

Geraldo Alves Barcellos

Controle Interno

Cleidionice Fortaleza de O. Veríssimo

Equipe Técnica Responsável pela elaboração deste relatório:

Coordenação da elaboração: Superintendência de Planejamento e Programas Especiais – SPE.

APERFEIÇOAMENTO INSTITUCIONAL DO ESTADO

Elen Dânia Silva dos
Silvo Gois de Alcântara
César Augusto Cunha Campos
Débora Tolentino Luzzi Diniz
Igor Medeiros da Silva
Cássio Leandro Cossenzo
Rogério Castor Cunha Matos
Carolinne Isabella Dias Gomes
Cláudia Regina da Silva
Samira lasbeck de Oliveira Soares

MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

Eduardo Costa Carvalho
Camilla Aida Campos
Pablo Armando Serradourada Santos
Vitor Guimarães Marques
Hudson Rocha de Oliveira
Silena Jaime

GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO

Geraldo Alves Barcellos
Helenice Maria da Silva
Leonardo Mattos de Souza
Rosa Alice Nunes Lima
Francisco Francismar Pereira
Cláudia Maria Macedo Holanda da Silva
Paulo Antônio Soares Cotta

PLANEJAMENTO E PROGRAMAS ESPECIAIS.

Carlos Pinheiro dos Santos Bastos Neto
Lucivane Madureira Sampaio Camargo
José Bento da Rocha
Priscila Oliveira dos Santos
Maria Fernanda de Miranda da Silva
Rildo Marques de Souza
Rodrigo César Lopes Gorgulho
João Pedro Souza Gastão da Silva

SUMÁRIO

I.	MENSAGEM DO PRESIDENTE.....	10
II.	INTRODUÇÃO	13
1.	ESTRUTURA	14
1.1	ORGANOGRAMA	15
1.2	IDENTIFICAÇÃO	15
1.3	COMPETÊNCIA INSTITUCIONAL	16
1.4	MISSÃO.....	16
1.5	FORÇA DE TRABALHO.....	16
1.6	HISTÓRICO.....	17
2.	REALIZAÇÕES.....	18
	PROGRAMA TÊMÁTICO: 0150 – PROGRAMA BRASÍLIA SUSTENTÁVEL.....	18
	PROGRAMA TÊMÁTICO: 6203 – APERFEIÇOAMENTO INSTITUCIONAL DO ESTADO.....	22
	PROGRAMA TÊMÁTICO: 6210 – MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS.....	33
3.	OUTRAS REALIZAÇÕES.....	53
	PROGRAMA 6006 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – MEIO AMBIENTE.....	53
	6222 - PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA.....	66
	001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÕES ESPECIAIS.....	66
4.	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	67
4.1	ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ADASA/UNESCO	67
5.	CONCLUSÃO	68
6.	PERSPECTIVAS	68
6.1	DESAFIOS.....	68
7.	DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE	69
8.	IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS	69
8.1	ORDENADORES DE DESPESA DA ADASA:	69
8.2	RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO:.....	69

I. Mensagem do Presidente

A ADASA compete, além da gestão dos recursos hídricos para garantir a disponibilidade da água para gerações futuras, consignados inicialmente na Lei n. 3.365/ 2004, e na ampliação de suas competências, a partir da edição da Lei 4.285/2008, inscrever a regulação de outros setores importantes, como os de limpeza e manejo de resíduos sólidos urbanos, da drenagem e manejo de águas pluviais urbanas, e do gás canalizado, todos de competência originária do Distrito Federal, bem como autorizá-la a agir como reguladora delegada das competências federais nos setores de energia elétrica e de derivados de petróleo, incluindo gás veicular e lubrificante.

No exercício de 2012, a atuação da ADASA pautou-se pelas prioridades definidas no Plano Plurianual para o período de 2012-2015 e na Lei Orçamentária Anual – LOA 2012, coerentes com o planejamento, enfatizando como principais compromissos os macros programas de governo que a ADASA encontra-se inserida: (i) Programa Meio Ambiente e Recursos Hídricos: ampliar, operar e reestruturar a rede de monitoramento de águas superficiais e subterrâneas, visando garantir o abastecimento de água essenciais à qualidade de vida por meio da regularização, fiscalização e regulamentação dos seus usos, promovendo a educação ambiental hídrica da população urbana e rural, integrada aos sistemas alternativos de saneamento; (ii) Programa Aperfeiçoamento Institucional do Estado: aperfeiçoar o processo de regulação e fiscalização das atividades de abastecimento de água e esgotamento sanitário, manejo dos resíduos sólidos e drenagem urbana, alinhadas aos planos governamentais do uso e ocupação do solo e ao desenvolvimento do ordenamento territorial, e contribuir para a maior participação e controle social sobre a Política de Saneamento Básico, a fim de proporcionar à população do Distrito Federal serviços dotados de qualidade técnica e preços justos. (iii) Programa Brasília Sustentável: assegurar a qualidade dos recursos hídricos do Distrito Federal e região metropolitana de Brasília, promovendo a melhoria das condições de vida da população e a gestão sustentável do território.

Com referência ao Programa Meio Ambiente e Recursos Hídricos destacam-se: a regularização de captação de água subterrânea e superficial, fortalecimento e monitoramento da rede hidrometeorológica e telemétrica do DF; coordenação dos estudos, desenvolvimento e divulgação do Plano de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Distrito Federal – PGIRH revisado; lacre e tamponamento dos quase 3.500 poços e cisternas da comunidade de Vicente Pires, logo após a regularização do fornecimento de água tratada (fruto da parceria entre esta Agência e a CAESB). Destaca-se ainda no campo da conservação e preservação de mananciais de água a implantação de mais um projeto de grande importância para o DF e entorno, o “Produtor de Águas”, que tem como foco o estímulo à política de Pagamento por Serviços Ambientais – PSA e é voltado a produtores rurais que, por meio da adesão voluntária, se propõem a adotar práticas e manejos conservacionistas em suas terras com vistas à conservação do solo e água. Sem contar as ações elencadas pode-se destacar ainda, o apoio à estruturação de órgãos e entidades do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos do DF, em especial os Comitês de Bacias Hidrográficas, para implementação e integração dos processos de gestão de recursos hídricos; a realização de visitas técnicas e ações voltadas para conscientizar a comunidade do uso racional e importância da conservação e preservação dos recursos hídricos por meio dos projetos de Educação Ambiental, em especial junto a população rural e urbana, alunos do ensino fundamental da rede pública e particular de ensino e Dirigentes e servidores das Administrações Regionais do DF.

Ainda no contexto deste Programa destacam-se: o apoio à estruturação de órgãos e entidades do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos do DF, como o Conselho de Recursos Hídricos da DF – CRH/DF e, em especial, os Comitês de Bacias Hidrográficas - CBRH's, mecanismos colegiados para implementação e integração dos processos de gestão de recursos hídricos; programas de visitas técnicas e ações voltadas para conscientizar a comunidade do uso racional e importância da conservação e preservação dos recursos hídricos, por meio dos projetos de Educação Ambiental, em especial junto à população rural e urbana além de dirigentes e servidores das Administrações Regionais do DF; projeto social educativo “ADASA nas Escolas” direcionado para alunos do ensino fundamental da rede pública e particular de ensino que, durante 2012, atuou em 11 escolas com a participação de cerca de 6.000 alunos. No período 2010 a 2012, desde a criação do programa, foram visitadas 103 escolas das 526 instituições de

ensino do DF e de 15.000 alunos no curso promovido pela ADASA. Outro projeto relevante deste Programa que visa a garantia da continuidade e qualidade do abastecimento de água é o “Descoberto Coberto” que visa preservar o principal manancial de captação de água para a população do DF e entorno – o lago Descoberto, onde foram plantadas cerca de 140.000 mudas para o reflorestamento de sua margem. Com o início do período de chuvas 2012/2013 foi iniciado o plantio de mais 50.000 mudas. Nesse projeto já foram capacitados 28 agentes comunitários ambientais e capacitados em educação ambiental mais de 2.500 alunos da rede pública de ensino e atendidas 645 propriedades rurais da região. A fase de expansão desse projeto está estimada em R\$ 50.000.000,00 para um período de 5 anos.

Também merece destaque, com referência ao Programa Aperfeiçoamento Institucional do Estado, o reposicionamento tarifário que fixou, em caráter provisório, os valores das tarifas dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário no Distrito Federal, em 11,20% (onze inteiros e vinte centésimos por cento) que passou a vigorar no período de 1º de março de 2012 a 28 de fevereiro de 2013, nos termos da Resolução Nº 01 de 17/02/2012. Nesse contexto, os resultados acumulados pela ADASA de ser a primeira agência no país a estabelecer a metodologia de revisão periódica das tarifas dos serviços públicos de água e esgoto representam conquistas e benefícios à usuários e a própria prestadora de serviços, que puderam contar com ações do governo que asseguraram a modicidade tarifária e melhoria da eficiência dos serviços no curto, médio e longo prazo. Na área de ouvidoria a criação de um canal direto com os clientes da agência através do Serviço de Atendimento e Mediação - SAM na solução e esclarecimento de demandas por parte da comunidade em geral também são exemplos de ações que vem se desenvolvendo com sucesso no âmbito da Agência. Neste exercício também com relação a regulação da prestação de serviços públicos vale ressaltar o desenvolvimento de estudos técnicos que permitiram a elaboração de minuta de Contrato de Gestão e Desempenho com o SLU; estudos tarifários e elaboração de projeto básico e minuta do contrato de concessão elaborada e encaminhada à SEMARH para implementação das áreas de transbordo, triagem e reciclagem de resíduos da construção civil (ATTR's); Elaboração da minuta de resolução sobre os procedimentos de comunicação de incidentes e de interrupções programadas na prestação de serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos; Além das inspeções programadas do sistema, serviço de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e das reclamações, denúncias e solicitação de informações do sistema de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos do DF.

Outro destaque para 2012, relaciona-se ao Programa Brasília Sustentável - Saneamento Ambiental e Gestão Territorial do Distrito Federal que tem como objetivo a implementação de ações de suporte à promoção do desenvolvimento sustentável no Distrito Federal e região do Entorno, caracterizadas por ações de impacto indireto sobre a qualidade de vida da população alvo, mediante intervenções no esgotamento sanitário, visando, além da proteção ambiental dos recursos hídricos, a realização de projetos integrados de urbanização e promoção social. No período, o Programa realizou a Elaboração de estudo de regularização fundiária de São Sebastião; a Elaboração do Zoneamento Econômico Ecológico do Distrito Federal; o Plano de Manejo da Vila Estrutural; o projeto executivo do aterro sanitário do DF; pequenos reparos (telhados, rachaduras em paredes, restauração de portas e instalações hidráulicas) em 28 unidades habitacionais no reassentamento do Núcleo Rural Monjolo. Outra importante ação foi o Aperfeiçoamento dos procedimentos de licenciamento ambiental do IBRAM e a proposta de reestruturação do Serviço de Limpeza Urbana do DF - SLU.

Para se ter uma ideia do empenho da Agência para assegurar a celeridade e transparência de suas ações, no período foram autuados 1.479 processos, realizadas 39 reuniões da Diretoria Colegiada, 02 audiências públicas e expedidos 2.794 atos com destaque para 108 despachos da Diretoria Colegiada, 219 portarias, 14 resoluções e 290 ofícios da Presidência, muitos deles com assuntos de grande relevância para o sociedade organizada. Esse trabalho contou com uma ferramenta essencial, O SIGGED, sistema informatizado que possibilita o registro, controle e disseminação de documentos e informações na agência, conferindo maior agilidade na entrada e distribuição de processos/documentos. Outro fato importante é a busca pela aproximação ao cidadão proporcionada pelos instrumentos disponibilizados em sua página na web. O resultado destas ações foi o aumento de processos conclusos, a edição de 14 resoluções que atendem as necessidades mais prementes da sociedade brasileira e a diminuição do tempo de análise de processos distribuídos.

O período foi marcado também por mudanças estruturais, por meio de esforços para adequar sua organização aos renovados métodos de trabalho adotados pela Diretoria Colegiada e impulsionado pelo planejamento da Agência e do Governo do Distrito Federal. Tendo como as mais marcantes a reedição do regimento interno da Agência através da Resolução nº 089, de 15 de maio de 2009 alterado pela resolução nº. 05, de 16 de agosto de 2012 publicado no DODF nº 167, de 20 de agosto de 2012, pag. 20 e o lançamento do Planejamento Estratégico e Gestão Estratégica Orientada para Resultados. Investimento em capacitação e qualidade de vida no ambiente de trabalho, aperfeiçoamento dos processos de participação cidadã e transparência como exemplo a publicação de dados referentes a administração, contratações e finanças no site da Agência. A ADASA acompanhou a onda de inovação e atualmente oferece aos cidadãos novos canais de comunicação, tais como o site da Agência e passou também a integrar as redes sociais, Facebook, My Space e Twitter. A utilização destas ferramentas de acesso facilitado visa o objetivo maior da Agência, que está focado em conferir maior transparência, às suas atividades, aproximando a ADASA da comunidade em geral.

No âmbito de ações de caráter social e de participação da sociedade destaca-se o grande papel da Agência na parceria com a da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso – FUNAP, do Programa Reintegra Cidadão, funcionando desde 2008 na ADASA cujo resultado já proporcionou a reintegração à sociedade de 35 presidiários, que passaram para o regime aberto ou ganharam a liberdade após o cumprimento de suas penas. A partir do momento em que passa para o regime aberto, o presidiário pode escolher onde e como quem quer trabalhar. Muitos desses presidiários, por indicação da ADASA, ao ganhar o regime aberto, foram contratados por prestadores de serviços da agência, passando a ter todos os direitos trabalhistas e uma sensível melhora na qualidade de vida. Em termos de participação da população do DF, a ADASA promove e coordena dois grandes eventos comemorativos: dia mundial da água, em 22 de março de cada ano, coordenado pela ONU para todos os países, onde a ADASA promove a “Corrida das Águas” com a participação de atletas, crianças dos centros olímpicos e premiações de alunos das escolas públicas. Outro evento participativo é o “Lago Limpo” onde a ADASA, juntamente com outros órgãos governamentais, promove a limpeza do lago Paranoá.

Em 2012 a atuação da ADASA na área de parcerias e convênios também foi bastante representativa, principalmente com a continuidade dos trabalhos vinculados a cooperação técnica com a UNESCO, iniciado em 04/06/2009, com duração de 48 meses, que possibilitou projetos para a área de infraestrutura da Agência (Regimento Interno e Planejamento Estratégico), recursos humanos (Plano Diretor de Capacitação), de consultoria para recursos hídricos (Revitalização do PGRH) e saneamento básico, e visitas técnicas em centros de excelências (Hidroex – Cidade das Águas) e empresas privadas, além da participação no Fórum Internacional das Águas, em Marselha/França e indicação da ADASA como membro permanente do Conselho Mundial das Águas. A realização dessa cooperação com a UNESCO, até 2012, atingiu 60% na execução física e 34,7% da financeira. Ainda no escopo internacional registra-se a cooperação técnica e parcerias com a Entidade Reguladora do Serviço de Água e Resíduos de Portugal – ESAR, com o Office International de L’eau – Paris/França, órgão de renome mundial e reconhecido como o mais especializado em recursos hídricos, fundamental para a capacitação em gerenciamento integrado de recursos hídricos, além da assinatura do protocolo de intenções com a STEAG Energy Service – Alemanha, instituição especializada em manejo de resíduos sólidos. Destaca-se ainda a cooperação técnica com a Agência Nacional de Petróleo – ANP para estudos de referentes ao transporte, distribuição e comercialização do gás canalizado, a parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais – UFG para o desenvolvimento de estudos de desempenho de estações de tratamento de água e esgoto e com a Câmara de Deputados do Distrito Federal para o desenvolvimento de atividades relacionadas com a preservação dos recursos hídricos.

Com a convicção do esforço empenhado para o alcance dos melhores resultados, submetemos à apreciação do Tribunal de Contas do Distrito Federal a Prestação de Contas Anual da ADASA relativa ao exercício de 2012.

Vinicius Fuzeira de Sá e Benevides
Diretor Presidente

II. Introdução

Este relatório aborda a atuação da Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal – ADASA, no exercício de 2012, detalha os procedimentos administrativos empregados no desempenho de suas atividades e destaca os principais resultados e os aspectos técnicos mais relevantes para o cumprimento de sua missão institucional.

Foi elaborado com observância dos Normativos do Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF (Resolução 38/90 alterada pela Emenda Regimental nº 24, de 08/07/2008) e do Decreto de nº 32.598/2010 de 15/12/2010 (Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal), o art. 8º da Lei Nº 4.742/2011, de 29/12/2011, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2012 a 2015, bem como das Orientações Complementares disponibilizadas nos sites dos respectivos Órgãos de Controle e Secretaria de Planejamento e Orçamento do Distrito Federal.

As informações foram levantadas e consolidadas com base em consultas aos Sistemas: i) Integrado de Gerenciamento Governamental (SIGGO), ii) de Acompanhamento Governamental- SAG; iii) além de informações complementares dos Gestores da Agência.

Este relatório foi organizado por títulos, em conformidade com as orientações contidas no documento “Instruções para a Prestação de Contas Anual do Governador – Instrumentos de Planejamento” elaborado pela SEPLAN/DF e procedimentos internos da Superintendência de Planejamento e Programas Especiais – SPE, estruturado por **Programas Temáticos** e as realizações divididas em relação aos Programas Finalísticos, e Programas de Gestão.

Os programas estão estruturados por ações, projetos e atividades. O orçamento 2012 da ADASA é composto por 6 programas, 29 ações e 31 subtítulos de ação, destes, 17 são classificados como projetos, 10 como atividades e 4 considerados como operações especiais.

1. ESTRUTURA

A estrutura organizacional da ADASA foi concebida sob a égide dos pressupostos legais que orientam sua missão e competências. É dirigida em regime de colegiado por um Conselho de Diretores, com mandatos não coincidentes de 4 anos, admitida uma recondução consecutiva, sendo um deles o Diretor-Presidente. Atualmente apresenta-se como segue:

I. Deliberação Superior

Diretoria Colegiada – DC composta por um Diretor-Presidente e mais três Diretores.

II. Assistência direta e imediata ao Diretor-Presidente

Gabinete – GAB

III. Assistência à Diretoria-Colegiada

Secretaria Geral – SGE

Serviço Jurídico – SJU

Ouvidoria – OUV

Controle Interno – COI

Serviço de Atendimento aos Usuários e Mediação - SAM

Serviço de Tecnologia da Informação - STI

Assessorias

IV. Unidades Organizacionais subordinadas aos Diretores

Superintendência de Administração e Finanças – SAF

Superintendência de Abastecimento de Água e Esgoto – SAE

Superintendência de Drenagem Urbana, Gás e Energia – SDE

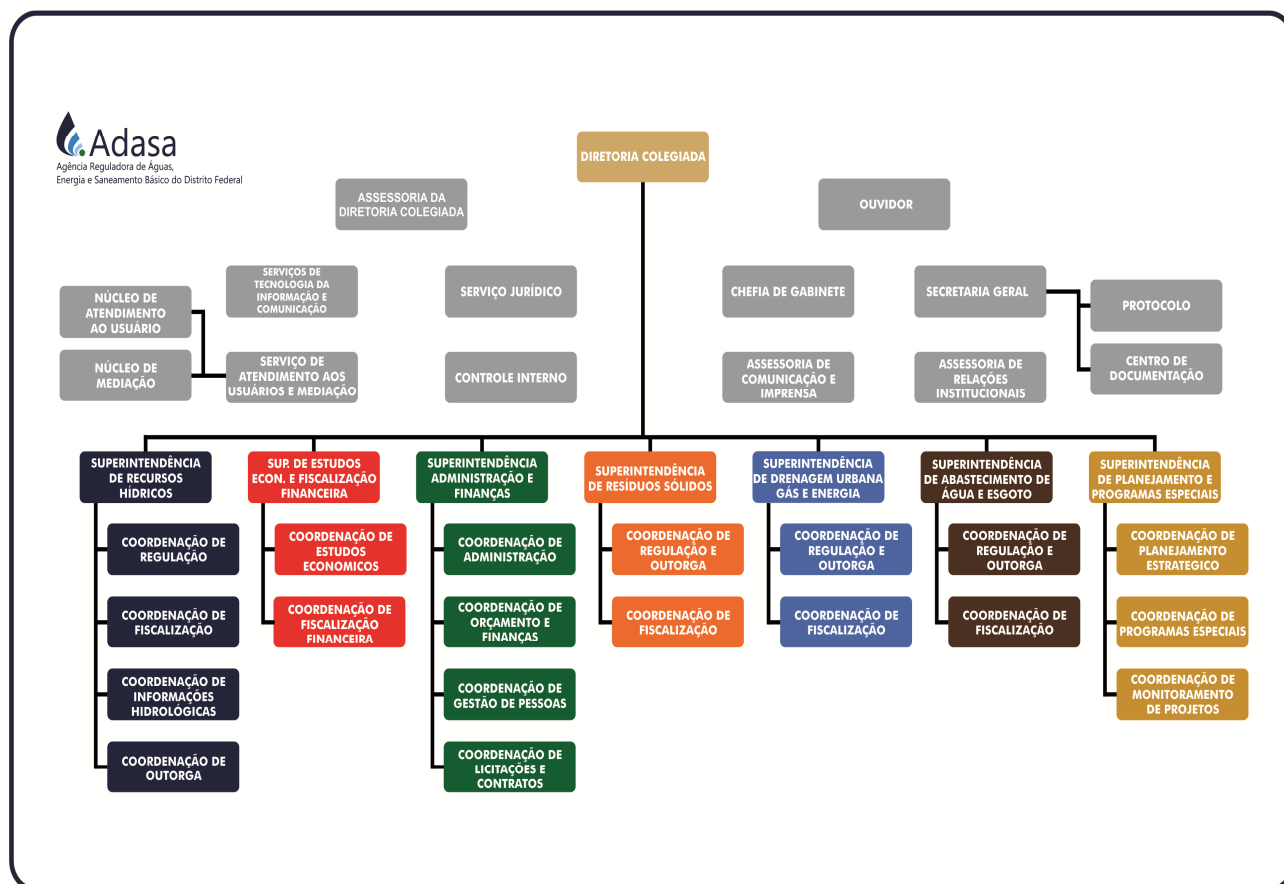
Superintendência de Estudos Econômicos e Fiscalização Financeira – SEF

Superintendência de Planejamento e Programas Especiais – SPE

Superintendência de Recursos Hídricos – SRH

Superintendência de Resíduos Sólidos – SRS

1.1 Organograma



1.2 Identificação

IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE		
DENOMINAÇÃO COMPLETA: Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal.		SIGLA: ADASA
CÓDIGO UO: 21206	CÓDIGO UG: 15206	CÓDIGO GESTÃO: 150206
NATUREZA JURÍDICA: AUTARQUIA ESPECIAL – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		
ATIVIDADE PRINCIPAL: REGULAÇÃO (AGÊNCIA REGULADORA)		
ENDEREÇO ELETRÔNICO: gab@adasa.df.gov.br		PÁGINA DA INTERNET: WWW.ADASA.DF.GOV.BR
ENDEREÇO POSTAL: Setor Ferroviário - Parque Ferroviário de Brasília - Estação Rodoferroviária, Sobreloja - Ala Norte CEP: 70631-900 Brasília - DF		CNPJ/MF: 07.007.955.0001-10
TELEFONES/FAX DE CONTATO: 3961-4956/3961-4957		AGENTES DE PLANEJAMENTO: Lucivane M. S. Camargo José Bento da Rocha Claudia Maria Holanda da Silva

1.3 Competência Institucional

Em 16 de junho de 2004, pela lei nº 3.365, foi criada a Agência Reguladora de Águas e Saneamento do Distrito Federal - ADASA, autarquia em regime especial com personalidade Jurídica de direito público, dotada de autonomia patrimonial, administrativa e financeira, com prazo de duração indeterminado, com sede e foro em Brasília e vinculada à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Todavia, a Lei nº 4.285, de 26 de dezembro de 2008, reestruturou a Agência, redefiniu a missão, ampliou competências e alterou sua denominação, passando a chamar-se Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal - ADASA. Nos termos da Lei nº 4.285, o regime especial conferido à ADASA é caracterizado, sobretudo, por mandato fixo e não coincidente de seus diretores, independência decisória, diretoria organizada em forma de colegiado, instância administrativa final, salvo nos casos de delegação de competências de outros entes federados e ausência de subordinação hierárquica.

A finalidade básica da ADASA é a regulação dos usos das águas e dos serviços públicos de competência originária do Distrito Federal, bem como daqueles realizados no âmbito geopolítico ou territorial do Distrito Federal que venham a ser delegados a ela por órgãos ou entidades federais, estaduais ou municipais, em decorrência de legislação, convênio ou contrato.

De acordo com a Lei nº 4.285, de 26 de dezembro de 2008, são áreas de competência da Agência:

I – recursos hídricos, compreendidos os diversos usos da água;

II – saneamento básico, entendido como:

- a) abastecimento de água potável;
- b) esgotamento sanitário;
- c) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos;
- d) drenagem e manejo de águas pluviais urbanas;

III – gás canalizado;

IV – mediante delegação de competência originária federal nas áreas de:

- a) energia elétrica;
- b) petróleo e derivados,
- c) biocombustíveis, álcool combustível, gás veicular e distribuição de lubrificantes;

V - e outras competências delegadas na forma da lei.

1.4 Missão

Contribuir para a contínua melhoria da qualidade de vida da população do DF por meio da gestão sustentável das águas e da regulação dos serviços públicos de saneamento básico e de energia, primando pela eficiência e eficácia de suas ações.

1.5 Força De Trabalho

A Agência vem organizando sua força de trabalho para atender de maneira mais eficiente e eficaz as atividades de regulação e a fiscalização do setor de águas, saneamento e energia do Distrito

Federal. Desde sua criação, há oito anos, a ADASA vem ampliando os conhecimentos e a inteligência de seu quadro técnico de profissionais. O concurso público realizado em 2009 com nomeação até o momento de 129 aprovados, sendo 92 reguladores, 08 advogados e 29 técnicos, embora algumas vagas não tenham sido preenchidas (desistências) e outras tenham sido novamente abertas (exonerações a pedido), proporcionou a criação do quadro efetivo essencial para sustentar as competências estabelecidas.

Durante o ano de 2012 o quadro de servidores efetivos na ADASA manteve-se relativamente estável. Pois mesmo com restrições, principalmente de espaço físico, ocorreram 09 novas nomeações no período. Houve também bastante atenção às ações de capacitação dos servidores atuais, como será visto mais adiante na descrição dos investimentos nesta área.

A força de trabalho, representada por todas as pessoas que contribuem para o funcionamento da agência, é formada por 122 colaboradores, sendo 54 cargos efetivos, 37 cargos comissionados, 05 requisitados do GDF, 01 do Governo Federal, 22 estagiários e 03 conveniados.

TABELA 1: FORÇA DE TRABALHO DA ADASA EM 2012

Servidores	Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total	
	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão		
Efetivos (Quadro do GDF)	4	14	06	30	54	
Comissionados (Sem vínculo efetivo)	27	0	10	0	37	
Requisitados	Órgãos do GDF	5	0	0	5	
	Órgãos Estaduais	0	0	0	0	
	Órgãos do Governo Federal	0	0	1	0	1
Outros	Estagiários	0	10	0	12	22
	Terceirizados (FUNAP)	0	3	0	0	3
Subtotal (Força de Trabalho)	36	27	17	42	122	
(+) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0	
Total Geral	36	27	17	42	122	

Fonte: SAF

1.6 Histórico

A Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal- ADASA é autarquia em regime especial com personalidade jurídica de direito público, dotada de autonomia patrimonial, administrativa e financeira, com prazo de duração indeterminado, sede e foro em Brasília e vinculada à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. A Lei nº 4.285, de 26/12/2008, reestruturou a Agência, definiu a missão, ampliou competências e alterou sua denominação, passando a chamar-se Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal - ADASA.

A finalidade básica da ADASA é a regulação dos usos das águas e dos serviços públicos de competência originária do Distrito Federal, bem como daqueles realizados no âmbito geopolítico ou territorial do Distrito Federal que venham a ser delegados a ela por órgãos ou entidades federais, estaduais ou municipais, em decorrência de legislação, convênio ou contrato.

De acordo com a legislação vigente, a Agência apresenta as seguintes áreas de competência:

- I. recursos hídricos, compreendidos os diversos usos da água; saneamento básico, entendido como: abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo de águas pluviais urbanas;

- II. mediante delegação de competência originária federal nas áreas de: energia elétrica, petróleo e derivados, biocombustíveis, álcool combustível, gás veicular e distribuição de lubrificantes e outras competências delegadas na forma da lei.

2. REALIZAÇÕES

PROGRAMA TÊMÁTICO: 0150 – PROGRAMA BRASÍLIA SUSTENTÁVEL

OBJETIVO GERAL:
Assegurar a qualidade dos recursos hídricos do Distrito Federal e região metropolitana de Brasília, promovendo a melhoria das condições de vida da população e a gestão sustentável do território.

TABELA 2: EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
1260 -IMPLANTAÇÃO DOS SISTEMAS DE PLANEJAMENTO E GESTÃO TERRITORIAL E URBANA DO PROGRAMA "BRASÍLIA SUSTENTÁVEL"	360.000	699.788,50	699.787,16	552.951,16	
6095 - IMPLANTAÇÃO DOS SISTEMAS DE PLANEJAMENTO E GESTÃO TERRITORIAL E URBANA DO PROGRAMA "BRASÍLIA SUSTENTÁVEL"--DISTRITO FEDERAL	360.000	699.788,50	699.787,16	552.951,16	022/023/024/025.
1263 -IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE SANEAMENTO AMBIENTAL - BRASÍLIA SUSTENTÁVEL	360.000	179.000,00	178.320,00	178.320,00	
0001 - IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE SANEAMENTO AMBIENTAL - BRASÍLIA SUSTENTÁVEL--DISTRITO FEDERAL	360.000	179.000,00	178.320,00	178.320,00	026/027
1294 -IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE INCLUSÃO SOCIAL - BRASÍLIA SUSTENTÁVEL	80.000	79.999,59	56.175,18	56.175,18	
6092 - IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE INCLUSÃO SOCIAL - BRASÍLIA SUSTENTÁVEL--GUARÁ	80.000	79.999,59	56.175,18	56.175,18	028/029
1565 -IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE REFORÇO INSTITUCIONAL - "BRASÍLIA SUSTENTÁVEL"	320.000	487.779,00	487.778,10	487.778,10	
6108 - IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE REFORÇO INSTITUCIONAL - "BRASÍLIA SUSTENTÁVEL"--DISTRITO FEDERAL	320.000	487.779,00	487.778,10	487.778,10	015/016/019/040
1573 -IMPLANTAÇÃO DA UNIDADE DE GERENCIAMENTO DO PROGRAMA "BRASÍLIA SUSTENTÁVEL"	1.300.000	3.202.862,00	3.200.818,45	3.200.818,45	
6090 - IMPLANTAÇÃO DA UNIDADE DE GERENCIAMENTO DO PROGRAMA "BRASÍLIA SUSTENTÁVEL"--DISTRITO FEDERAL	1.300.000	3.202.862,00	3.200.818,45	3.200.818,45	017/018

Fonte: SIGGO

OBJETIVO ESPECÍFICO:

0001 - Assegurar a qualidade dos recursos hídricos do Distrito Federal e região metropolitana de Brasília, promovendo a melhoria das condições de vida da população e a gestão sustentável do território.

TABELA 3: INDICADOR SÓCIO AMBIENTAL PARA FAVELAS (ISA-F)**Indicadores:**

Denominação do indicador	Unidade de Medida	Índice mais Recente	Apurado em MM/A.A.	Periodicidade de Apuração	Desejado Em	Apurado	Fonte da Informação
					1º Ano	1º Ano - 2012	
Indicador Sócio Ambiental Para Favelas (ISA-F)	%	75%	31/12/2011	Anual	100	88%	PAD/BIRD/ADASA

OBJETIVO ESPECÍFICO:

0002- Contribuir para assegurar a qualidade dos recursos hídricos do Distrito Federal, especialmente das bacias do Paranoá e do Descoberto, melhorando as condições socioambientais e econômicas da população do Condomínio Pôr - do - Sol e parcialmente da Cidade Estrutural.

TABELA 4: INDICADORES**Indicadores:**

Denominação do indicador	Unidade de Medida	Índice mais Recente	Apurado em MM/A.A.	Periodicidade e de Apuração	Desejado Em	Apurado	Fonte da Informação
					1º Ano	1º Ano - 2013	
Indicador Sócio Ambiental Para Favelas (ISA-F)	%	-	-	Anual	-	0	Carta Consulta/ADASA
Fechamento do Aterro do Jôquei	Unidade	-	-	Anual	-	0	Carta Consulta/ADASA
Abertura do Aterro Sanitário	Unidade	-	-	Anual	-	0	Carta Consulta/ADASA

Fonte: SIGGO

O Programa Brasília Sustentável apresentou desempenho considerado ótimo, no exercício de 2012. Em sua programação foram contempladas 6 ações, constituídas de 16 etapas, num total de **R\$ 4.649.429,09** autorizados. Dessas etapas, 12 etapas foram concluídas (75%) e foram executados **R\$ 4.476.042,89** (96,27%).

Visando dotar a administração pública do Distrito Federal e os cidadãos de informações confiáveis e precisas, proporcionando maior rapidez nas consultas e na elaboração de pareceres técnicos, e ainda, subsidiar os gestores na tomada de decisão e no controle efetivo das ações relativas ao desenvolvimento das políticas urbana, habitacional, de meio ambiente, planejamento, gestão, desenvolvimento e ordenamento territorial, foram realizados, no âmbito deste programa, vários projetos. Dentre os quais convém citar: Rezzoneamento da APA do São Bartolomeu; Estudo de regularização fundiária de São Sebastião; Zoneamento Econômico Ecológico do Distrito Federal; Plano de Manejo da Vila Estrutural, tendo como público-alvo: CODHAH, SEDHAB, IBRAM, SEMARH, cidadãos, usuários e demais Órgãos que compõem o GDF. O desenvolvimento desse trabalho contribuiu para a melhoria e aperfeiçoamento do sistema de gestão territorial do DF, possibilitando o monitoramento da ocupação do solo e do controle urbanístico.

Cumprindo o compromisso do Programa Brasília Sustentável de entregar as unidades habitacionais do reassentamento do monjolo em condições adequadas de moradia, e, atendendo à solicitação da Associação de Moradores que apontou os reparos que se faziam necessários, foram executados pequenos consertos em 28 das referidas unidades. A execução dos serviços corroborou o compromisso do Programa com a qualidade das unidades habitacionais visando à melhoria da qualidade de vida dos reassentados. Como resultados positivos identificou-se um maior envolvimento e comprometimento dos reassentados quanto à necessária motivação para produção de gêneros alimentícios naquela área rural.

Outra ação a ser destacada foi a elaboração do projeto executivo do novo aterro sanitário do DF. Com este trabalho torna-se possível a Implantação da primeira etapa do aterro sanitário e anteprojeto das demais infraestruturas de apoio da Central de Tratamento de Resíduos Sólidos do Distrito Federal – CTRS/DF, serviços esses que foram executados de acordo com as disposições estabelecidas no Contrato nº 027/2011. A realização deste projeto neste programa se justifica, pois também está entre seus objetivos, o financiamento de intervenções visando diminuir as cargas de poluição nos recursos hídricos na área de influência do Programa, com prioridade para as bacias do rio Descoberto e do Lago Paranoá. E, como resultado, melhorar a qualidade de vida da população de baixa renda da vila estrutural, que atualmente sobrevive em ambiente insalubre, bem como melhorar as condições de trabalho, sobrevivência e dignidade humana dos catadores de lixo que atualmente se utilizam do lixão da estrutural e não dispõem de urbanização adequada, promovendo a sua inclusão social.

No que tange às ações de reforço institucional previstas no Programa, cita-se a realização de um projeto para aperfeiçoar os procedimentos de licenciamento ambiental do IBRAM. Este trabalho consistiu de um diagnóstico em todas as áreas do IBRAM que utilizam ou irão utilizar o sistema e plano de manutenção com as modificações feitas no sistema como resultado deste levantamento de requisitos; acompanhamento do uso do sistema e os seus benefícios; Averiguação os procedimentos técnicos e administrativos que não foram contemplados na implantação do sistema; apresentação dos problemas oriundos desta implantação; criação de Plano de Manutenção para análise de processos; iniciação de ações preventivas; aplicação de controles dessas ações, bem como aperfeiçoamento dos procedimentos.

Na mesma linha, houve um projeto para apoiar a criação e o fortalecimento de estruturas institucionais sólidas, para permitir que o SLU tenha condições de tomadas de decisões rápidas e oportunas com relação às questões metropolitanas, especialmente para promover um desenvolvimento urbano e ambiental com sustentabilidade. Esta ação envolveu o diagnóstico da situação atual da organização e métodos do SLU visando à discussão e sugerir o modelo jurídico-institucional mais adequado para o funcionamento da Instituição, objetivando a melhoria do sistema de gestão integrada dos resíduos sólidos no Distrito Federal, conforme preconiza o Plano Diretor de Resíduos Sólidos Urbanos do Distrito Federal - PDRSU (Decreto nº 29.399, de 14 de agosto de 2008).

Foi elaborada proposta de nova estrutura organizacional atendendo os quesitos dos TRs em atendimento aos objetivos estratégicos, suficientemente flexíveis para acompanhar as mudanças de cenários, com foco na melhoria contínua.

A partir da definição do modelo de gestão e dos objetivos estratégicos apresentados a Direção do SLU deverá implementar as metas e os planos de ação traçados pela consultoria, de modo que sejam superados desafios, obstáculos ou restrições que se apresentem.

Deverá ser adotado, ainda, um sistema de indicadores, objetivando o acompanhamento da evolução da nova estrutura em funcionamento e dos novos processos definidos, de modo a apoiar as tomadas de decisão no novo modelo de gestão.

Ainda de caráter institucional, foi feita a avaliação dos indicadores do Programa Brasília Sustentável, referentes à Vila Estrutural. Os serviços contratados tiveram dois focos diferenciados, quais sejam: (1) Avaliação das Intervenções na Vila Estrutural, por meio da medição dos indicadores preestabelecidos no Programa Brasília Sustentável; e (2) Avaliação do Reassentamento.

Foram elaborados relatórios contendo resumo das ações e desafios de campo e as estratégias utilizadas, com os seguintes objetivos:

- Retratar de forma quantitativa e permitir a análise qualitativa da situação socioeconômica atual dos moradores da Vila Estrutural, bem como a situação dos indicadores de saneamento e acesso a equipamentos comunitários, e do grupo de famílias reassentadas;
- Indicar a significância estatística de eventuais melhorias observadas nos indicadores após a intervenção física, para os moradores da Vila Estrutural, e para o grupo reassentado;
- Comparar as estimativas para os indicadores em cada grupo, e
- Levantar a satisfação dos participantes quanto às melhorias implantadas.

Outro ponto relevante é a gestão do Programa. Como este é o exercício de encerramento do mesmo, houve a necessidade de trabalhos intensos para a conclusão dos projetos em andamento, além da prestação de contas, envolvendo a realização de auditorias independentes. A gestão se deu por meio de apoio técnico relacionado com os aspectos sociais e ambientais, durante a fase de projeto e implementação de obras na Vila Estrutural, para assegurar que os objetivos almejados fossem alcançados e que sua execução fosse eficiente, tanto nos aspectos sociais quanto nos aspectos ambientais; Apoio técnico através de consultores especializados nos temas dos estudos e de desenvolvimento institucional previstos no Programa que para interagir de forma sistematizada com as demais entidades envolvidas para definir e elaborar os Termos de Referência destas atividades.

Em relação às Auditorias Independentes, O trabalho dos auditores serviu para identificar, oportunamente, áreas relacionadas com a operacionalização do Programa que requerem a atenção da administração do mesmo. Nesse sentido, o produto dos auditores expressou uma opinião profissional sobre (i) a situação financeira do Projeto ao final do período auditado (demonstrativos financeiros), (ii) a adequação dos controles internos e (iii) a conformidade do Contrato de Empréstimo com as leis e regulamentos aplicáveis do Banco Mundial, permitindo bom nível de segurança e transparência às ações físico-financeiras desenvolvidas pela UGP do Programa.

“Os exames foram efetuados em conformidade com as normas e procedimentos de auditoria governamental aplicáveis ao serviço público, os quais são compatíveis com as normas internacionais de auditoria, e/ou diretrizes do Banco Mundial. Os auditores examinaram as Demonstrações Financeiras do Projeto, compostas por: (i) Origens e Aplicações dos Recursos do Projeto (Fontes e Usos por Categoria) (ii) os demonstrativos dos Investimentos Acumulados do Projeto (por Categoria Gastos), (iii) demonstrativos de

Retiradas de Caixa – Desembolsos (iv) conciliação da Conta Especial, (v) demonstrativo de projeção de caixa, (vi) declarações de gastos e (vii) as Notas Explicativas, e emitiram um **parecer único sem ressalvas**”. Ressalta-se que o Relatório de Auditoria em pauta foi aceito pelo Banco Mundial e foi considerado de acordo com os Termos de Referência.

Importante salientar que ocorreu em 2012 a elaboração de documentos preparatórios para a busca de financiamento junto ao BID visando a implementação do Programa Brasília Sustentável 2 (Carta Consulta, Perfil do Projeto, detalhamento dos componentes e avaliações econômica, ambiental e social necessárias. E que esta ação foi desenvolvida pela UGP/ADASA sem necessidade de execução orçamentária; fez parte deste trabalho a elaboração da proposta técnica a ser financiada pelo BID, no valor de US\$ 150 milhões, compreendendo o detalhamento dos projetos de infraestrutura urbana para o condomínio Pôr-do-sol, fechamento do lixão do Jóquei e implantação do Novo Aterro Sanitário do DF. Nesse período tinha como meta a elaboração da Carta Consulta do Programa e das minutas do Perfil do Projeto e da Cooperação Técnica de preparação.

PROGRAMA TÊMÁTICO: 6203 – APERFEIÇOAMENTO INSTITUCIONAL DO ESTADO

OBJETIVO GERAL:

Promover a melhoria da gestão pública em todas as suas dimensões, por meio da aplicação de técnicas modernas de administração, aliada à transparência fiscal, ao resgate da credibilidade no governo e à ampla participação social, sempre com foco no cidadão-cliente.

TABELA 5: EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
1471 -MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	13.000	13.000	0	0	
0016 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-SANEAMENTO BÁSICO DO DF- PLANO PILOTO	13.000	13.000	0	0	030
3143 -IMPLANTAÇÃO DO CONSELHO DE CONSUMIDORES DE SERVIÇOS PÚBLICOS	55.000	55.000	0	0	
0001 - IMPLANTAÇÃO DO CONSELHO DE CONSUMIDORES DE SERVIÇOS PÚBLICOS-- DISTRITO FEDERAL	55.000	55.000	0	0	031
3711 -REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	884.000	884.000	0	0	
6144 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS DIVERSOS-FISCALIZAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	416.000	416.000	0	0	047
6145 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS DIVERSOS-REGULAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	468.000	468.000	0	0	032/033/034/035/ 036/037/038/039/ 041
4136 -REVISÃO E REAJUSTE TARIFÁRIO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	1.500.000	1.500.000	280.111,90	280.111,90	
0001 - REVISÃO E REAJUSTE TARIFÁRIO DE SERVIÇOS PÚBLICOS--DISTRITO FEDERAL	1.500.000	1.500.000	280.111,90	280.111,90	045/046
4163 -REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	815.717	1.270.218	207.358,76	170.493,27	
0001 - REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS-- PLANO PILOTO	815.717	1.270.218	207.358,76	170.493,27	042/061/062

Fonte: SIGGO

OBJETIVO ESPECÍFICO:

005 – Aperfeiçoar o processo de regulação das atividades de abastecimento de água, saneamento básico e energia e contribuir para a maior participação e controle social sobre a Política de Saneamento Básico, a fim de proporcionar à população do Distrito Federal serviços dotados de qualidade técnica e preços justos.

TABELA 6: INDICADORES

Indicadores:

Denominação do indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em MM/A.A.	Periodicidade e de Apuração	Desejado Em				Apurado 2012	Fonte da Informação
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano		
IAQR – Indicador ADASA de Qualidade Regulatória	índice	12,25	31/12/2010	Anual	12,86	13,50	14,18	14,88	8,7	Relatórios de Atividades Superintendência
IES – Índice de Envolvimento Social	índice	11,25	31/12/2010	Anual	11,81	12,4	13,02	13,67	7,7	Relatórios de Atividades Superintendência e Informações NAC.
IQT – Índice de Qualidade Técnica	índice	0,5	31/12/2010	Anual	0,525	0,551	0,58	0,609	0,5	Relatórios de Atividades Superintendência

Fonte: SIGGO

Com a reestruturação da Adasa por meio da Resolução nº 02, de 13 de abril de 2012, houve a necessidade de revisão do planejamento inicialmente previsto para grande parte dos projetos e atividades relacionados a este Programa Temático, em seu objetivo específico 005 - sob a responsabilidade da Agência. Entretanto, foram alcançadas as seguintes realizações:

- **Contrato de Gestão e Desempenho com o SLU**

A proposição do contrato de gestão e desempenho a ser celebrado junto ao Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal-SLU, deve-se à necessidade de cumprir a determinação legal estabelecida pelo artigo 47 da Lei nº 4.285/2008.

Desta forma, a fim de atender a determinação legal acima citada, e, a partir da criação de uma Superintendência específica para tratar de resíduos sólidos, foi elaborada a minuta do Contrato de Gestão, a qual após já foi aprovada pelo Serviço Jurídico quanto aos aspectos legais e, atualmente, foi encaminhado ao SLU para análise e proposição dos ajustes necessários, se for o caso.

- **Apoio para implementação das áreas de transbordo, triagem e reciclagem de resíduos da construção civil – ATTR**

Para acabar com a disposição irregular dos Resíduos de Construção e Demolição - RCD ou seu envio para o lixão - cerca de 5000 (cinco mil) toneladas por dia - o GDF implantará ecopontos para receber os resíduos de pequenos geradores e também áreas de triagem e tratamento de resíduos da construção civil destinadas a receber e tratar os RCD coletados pelo SLU e pelos grandes geradores.

A ADASA, nos termos da Lei 4.285/2008, alterada pela Lei 4.704/2011, tem competência para regular e fiscalizar a prestação dos serviços públicos de tratamento e destinação final de Resíduos da Construção e Demolição (RCD) e resíduos volumosos, em especial aqueles recolhidos pelo SLU em vias e logradouros públicos.

A ADASA auxiliou a SEMARH na elaboração do Projeto Básico que tem por objetivo estabelecer os parâmetros técnicos e econômicos para a realização da concorrência destinada à concessão da prestação de serviços públicos de transbordo, tratamento e destinação de RCD com a simultânea concessão de uso de seis terrenos públicos para implantação de seis unidades denominadas Área de Transbordo, Triagem e Reciclagem, doravante denominadas ATTR.

A ADASA então, por meio de processo licitatório, contratou em 2012 a empresa de consultoria - I&T Informações e Técnicas em Construção Civil Ltda - para auxiliar na proposição de critérios técnicos, de rol de documentos que deverão constar nas propostas dos licitantes, definição dos aspectos econômicos da concessão; elaboração de memorial descritivo contendo a descrição detalhada e os requisitos mínimos dos equipamentos e das edificações necessários à implantação de uma ATTR, bem como estimativa de preço para a aquisição, construção e implantação dos mesmos. Além disso, a empresa contratada deverá auxiliar a ADASA na realização das análises técnicas e econômicas das propostas apresentadas pelos licitantes.

A proposta de edital, projeto básico, estudos econômicos, estimativa de custos, contrato de concessão de prestação dos serviços e contrato regulado, todos elaborados pela equipe técnica da própria Agência, foram encaminhados em outubro/2012 à SEMARH, a qual se responsabilizará em dar prosseguimento ao processo licitatório com o apoio da ADASA.

• **Apoio na implementação do Aterro Sanitário Oeste**

No Distrito Federal, a situação do manejo de resíduos sólidos é preocupante, principalmente no que diz respeito à questão da disposição final, uma vez que atualmente os resíduos são dispostos no Aterro do Jóquei, um lixão a céu aberto, alternativa inadequada do ponto de vista sanitário e ambiental.

Com o intuito de realizar a disposição adequada dos rejeitos será construído um aterro sanitário para o qual serão destinados os resíduos sólidos domiciliares e comerciais de todo o DF em um primeiro momento. O empreendimento já possui licença ambiental e termo de cessão de uso da área a ser ocupada (localizada na Região Administrativa de Samambaia).

Devido à urgência de implantação desse projeto, optou-se por segmentar as obras para três entidades do DF, de acordo com a sua especialização.

As obras civis serão viabilizadas pela NOVACAP, a qual publicou em novembro/2012 edital de licitação para contratação de empresa para realização de obras relativas ao acesso viário, cerca e barreira vegetal, viário interno, drenagem e edificações.

A elaboração de projeto básico e a contratação de empresa para construção de estação elevatória, linha de recalque e estação de tratamento de chorume proveniente do aterro será de responsabilidade da CAESB.

Quanto à ADASA, esta ficou encarregada de acompanhar todas as ações relacionadas a este projeto e a elaborar, em conjunto com o SLU, o projeto básico para contratação de empresa responsável pela construção preparação da base da célula de aterramento e operação do aterro por até 5 (cinco) anos. Para auxiliar os técnicos da ADASA, foi contratada uma empresa de consultoria para preparação e elaboração dos aspectos técnicos do edital de licitação para implantação e operação inicial do Aterro Sanitário Oeste.

Os estudos e propostas elaborados por técnicos da Agência foram encaminhados ao SLU, o qual publicou no DODF de 20/12/2012 a Concorrência Pública nº 04/2012, que tem como objeto a

contratação de empresa especializada para prestação de serviços de operação e de manutenção do Aterro Sanitário Oeste, localizado na Região Administrativa de Samambaia, compreendendo, dentre outras, as atividades de implantação de base das células de aterramento, espalhamento, compactação e cobertura dos rejeitos e confecção do projeto executivo da Etapa 2 da obra.

• Atos Regulatórios

(i) Resolução ADASA nº 03, de 13 de abril de 2012

A Resolução ADASA nº 03/2012, disciplina os procedimentos a serem observados nos processos administrativos instaurados pelo prestador de serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário que tenham por objetivo a correção de irregularidades praticadas por usuários ou a aplicação de sanções a estes.

Está previsto no artigo 45, inciso X, da Lei Distrital nº 4.285/2008, a obrigação, dos prestadores de serviços, de fiscalizar as instalações e formas de utilização dos serviços pelos usuários, orientando-os para correções e impondo as devidas sanções, quando for o caso, nos termos das normas legais, regulamentares e contratuais.

A clara definição de procedimentos a serem observados pelo prestador de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário e pelos usuários no decorrer de um processo para apuração de irregularidades em razão da utilização dos serviços contribui para que haja maior transparência nas ações das partes interessadas e permite aos usuários o conhecimento prévio dos seus direitos e deveres.

(ii) Alteração da Resolução 14/2011

Análise das contribuições recebidas durante os processos de Consulta e Audiência Pública nº 02/2012 e sugestão de redação definitiva da Resolução que altera a Resolução nº 14, de 27 de outubro de 2011, a qual estabelece as condições da prestação e utilização dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário no Distrito Federal.

(iii) Minuta de resolução sobre os procedimentos de comunicação de incidentes e de interrupções programadas na prestação de serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos

Considerando a necessidade que a Adasa tome conhecimento o mais breve possível dos incidentes relevantes relacionados à prestação dos serviços, bem como a identificação de oportunidades para melhoria do arcabouço regulatório propiciada pelo acompanhamento sistemático de incidentes, foi elaborada a minuta de resolução que dispõe sobre os procedimentos de comunicação de incidentes e de interrupções programadas na prestação de serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos. Além da referida minuta, também foram confeccionadas propostas de formulários que comporão o sistema eletrônico que possibilitará ao prestador de serviços registrarem as informações exigidas pela futura resolução.

O material elaborado está em fase de aprovação e, após deliberação da Diretoria Colegiada, será discutido com o SLU. Finalizado o processo de discussão, a minuta será submetida ao processo de consulta e audiência pública.

(iv) Minuta de resolução sobre tratamento de resíduos sólidos urbanos e destinação final de rejeitos em aterros sanitários

Para auxiliar os técnicos da ADASA na elaboração de minuta de resolução sobre tratamento de resíduos sólidos urbanos e destinação final de rejeitos em aterros sanitários foi realizado por meio do “Projeto de Cooperação Técnica Internacional para Elaboração de Estudos e Regulação de Recursos Hídricos e Saneamento Básico e de Organização Institucional da Adasa – PRODOC”, celebrado entre esta Agência e a UNESCO, um processo de seleção para contratação de consultor especializado. O processo de seleção foi concluído em dezembro/2012 e a contratação está prevista para janeiro/2013.

A solicitação de contratação dos serviços de consultoria fundamenta-se também na recente reestruturação da Adasa, conforme Resolução nº 02/2012, que propiciou a realocação de servidores entre os setores. Nesse contexto, o apoio de consultor especializado na matéria mostra-se fundamental para a construção do conhecimento em regulação dos serviços de resíduos sólidos, pois a elaboração de normas regulatórias demanda vastos conhecimentos técnico-científicos e experiência na área em questão.

(v) Outros Atos

Estão sendo iniciados estudos que, posteriormente, resultarão na elaboração das minutas de resoluções sobre:

- resíduos de construção civil e resíduos volumosos;
- informações a serem encaminhadas à Adasa pelo prestador de serviços públicos bem como os procedimentos de encaminhamento;
- prestação e utilização dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos domiciliares;
- prestação e utilização dos serviços públicos de limpeza urbana;
- prestação e utilização dos serviços públicos de coleta seletiva, centros de triagem e atuação dos catadores de materiais recicláveis.

• **Consórcio RIDE e apoio na formulação do plano regional de gerenciamento integrado dos resíduos sólidos do Distrito Federal**

Em março de 2012 foi encaminhada à Casa Civil do Distrito Federal texto elaborado pela ADASA contendo proposta de exposição de motivos para apresentação na Câmara Legislativa do projeto de lei que dispõe sobre a ratificação do Protocolo de Intenções do Consórcio Público de Manejo dos Resíduos Sólidos e das Águas Pluviais da Região Integrada do Distrito Federal e Goiás.

O referido projeto foi aprovado pela casa legislativa, transformando-se na Lei Distrital nº 4.948, de 11 de outubro de 2012.

De acordo com a referida Lei, art. 3º, é dever do DF e dos municípios consorciados elaborar plano regional de manejo de resíduos sólidos e de drenagem e manejo de águas pluviais na área de atuação do Consórcio.

Segundo art. 9º, inciso II, da Lei nº 4.285/2008 compete à ADASA acompanhar e contribuir para a elaboração dos planos de saneamento básico do Distrito Federal, do qual faz parte o componente resíduos sólidos.

Com base no disposto acima, Agência iniciou no exercício de 2012, estudos visando a elaboração de termo de referência para contratação de empresa de consultoria para apoiar na elaboração do plano regional de gerenciamento integrado dos resíduos sólidos do Distrito Federal. Contudo, o andamento das atividades depende da fundação e funcionamento do referido Consórcio Público.

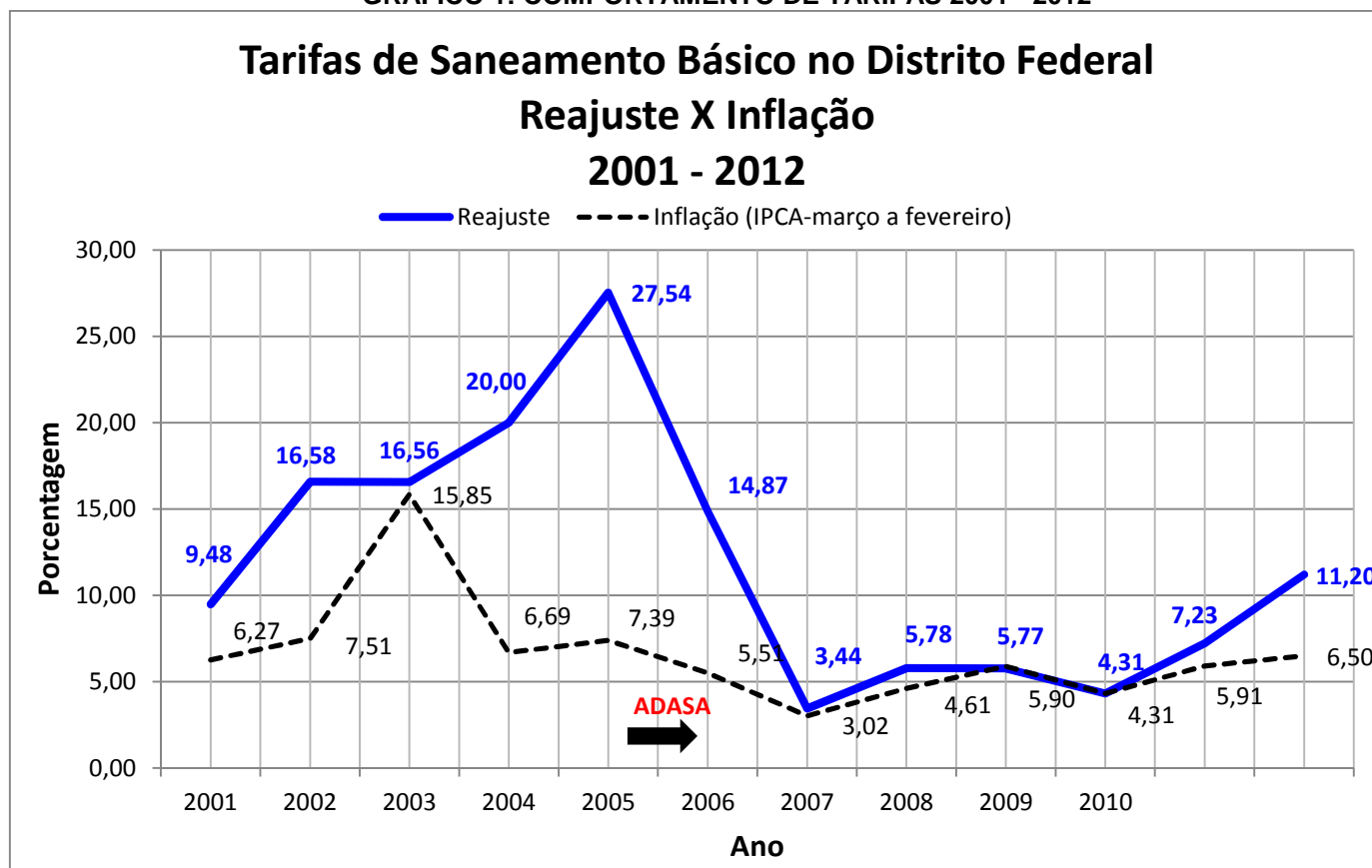
• **Aperfeiçoamento da estrutura tarifária dos serviços de água e esgoto**

Os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário do Distrito Federal são prestados pela Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB. Os serviços são remunerados por meio de tarifas públicas cobradas dos usuários dos serviços. As tarifas são diferenciadas por categorias e faixas de consumo, conforme o propósito de uso e a quantidade consumida.

A forma de classificação dos usuários e cobrança pelo uso dos serviços vem evoluindo no país e no exterior. Por isso, a ADASA iniciou os estudos técnicos visando ao aperfeiçoamento da estrutura tarifária, o que também contempla a análise da política de subsídio tarifário vigente dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Os trabalhos estão sendo desenvolvidos pela Agência e são objeto de estudo de mestrado de um dos integrantes da equipe. Também já foram realizadas reuniões com órgãos da Administração Direta, como a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda – SEDEST.

GRÁFICO 1: COMPORTAMENTO DE TARIFAS 2001 - 2012



- **Procedimentos de fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico**

Essa atividade envolve a participação de quatro Superintendências e consiste em elaborar os procedimentos de fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico, tipificar as infrações contra a prestação inadequada, definir sanções aplicáveis, critérios para celebração de termos de compromisso e ajustamento de conduta.

As atividades começaram a ser desenvolvidas para os serviços prestados pela CAESB, (abastecimento de água e esgotamento sanitário). Para os demais serviços públicos os trabalhos ainda serão iniciados.

- **Realização da 2ª Revisão Tarifária Periódica da CAESB**

A Revisão Tarifária Periódica da CAESB consiste na revisão dos valores das tarifas de água e esgoto, alterando-os para mais ou para menos, considerando as alterações na estrutura de custos e de mercado da concessionária, os estímulos à eficiência e à modicidade tarifária.

Segundo o Contrato de Concessão nº 001/2006-ADASA assinado entre ADASA e CAESB, as revisões tarifárias deverão ser realizadas a cada quatro anos.

Um componente expressivo na Revisão Tarifária Periódica é a Remuneração Adequada, cujo valor representa aproximadamente 50% (cinquenta por cento) da Receita Requerida da Concessionária. Para cálculo da Remuneração Adequada é necessário que se tenha o valor da Base de Ativos Regulatória – BAR, que representa os investimentos prudentes realizados pela CAESB para prestar os serviços nos níveis e condições de qualidade estabelecidos no Contrato de Concessão.

Para apuração do valor da Base de Ativos Regulatória – BAR, é necessária a elaboração, pela CAESB, do laudo de avaliação dos ativos da concessão, o que se deu em 23 de agosto de 2012. O Laudo foi validado conforme Nota Técnica nº 002/2012-SAE/ADASA, de 10 de dezembro de 2012.

Dispondo desses dados a ADASA, utilizando-se da metodologia aprovada pela Resolução nº 58/2009, nas cláusulas do Contrato de Concessão nº 001/2006-ADASA e nos princípios regulatórios, procedeu aos trabalhos finais para estabelecer o Resultado Final da Primeira Revisão Periódica das tarifas dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, prestados pela Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB; bem como do Ajuste Econômico e Financeiro advindo das diferenças de receitas apuradas entre o valor final da 1ª Revisão Tarifária Periódica e dos Reajustes Tarifários anuais de 2009, 2010, 2011 e 2012, em relação aos valores provisórios considerados nos anos correspondentes, a serem compensados nas tarifas de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário a partir de 1º de março de 2013.

Desta maneira, como a 1ª Revisão Tarifária Periódica da CAESB será finalizada em 2013, a 2ª Revisão não foi possível, devido a fatos alheios à vontade da ADASA, conforme descrito acima.

- **Realizar com base no contrato de concessão as revisões periódicas e reajustes anuais das tarifas dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário prestados pela CAESB**

Em 1º de março de 2012 entrou em vigor a Resolução nº 01/2012, de 17 de fevereiro de 2012, que homologou o Reposicionamento Tarifário Provisório de março de 2012, a vigorar no período de 1º de março de 2012 a 28 de fevereiro de 2013.

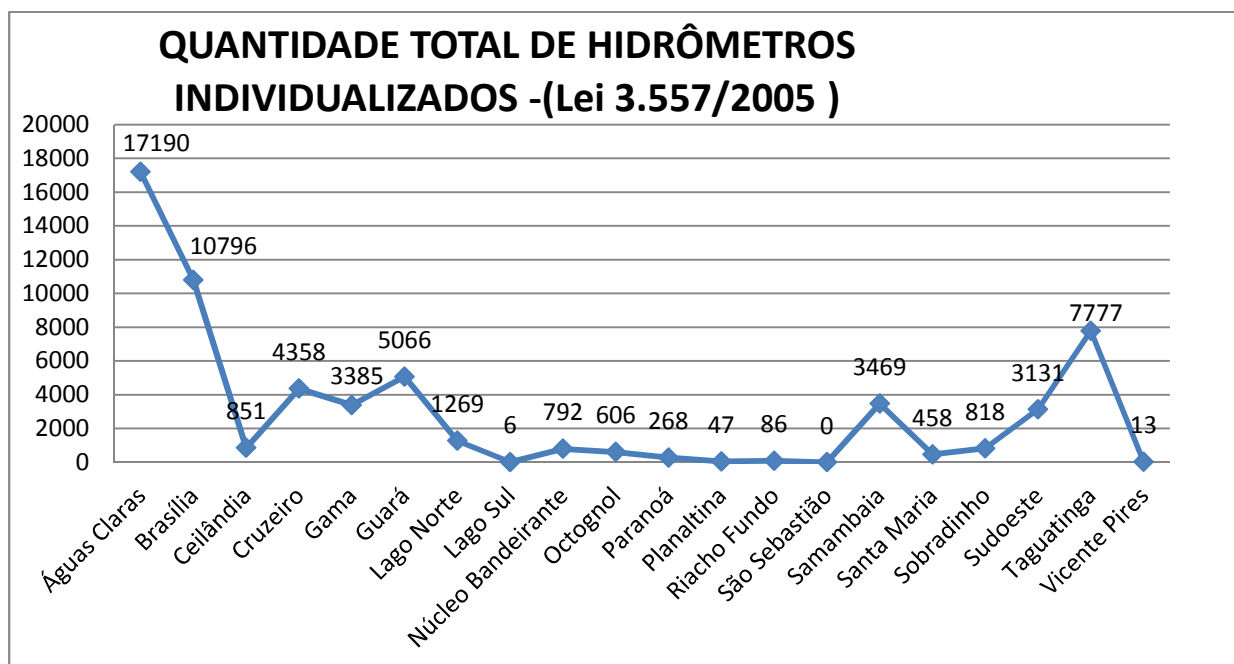
Esse trabalho desenvolvido pela ADASA durante o início de 2012 é essencial para a melhoria da qualidade da prestação dos serviços de água e esgoto no Distrito Federal, bem como da manutenção do equilíbrio econômico e financeiro do contrato de concessão, do qual a CAESB é a titular.

Outra atividade realizada pela ADASA é o monitoramento do desempenho econômico financeiro da concessão de abastecimento de água e esgotamento sanitário, que envolve ações como conferência do balancete contábil enviado pela empresa, análise dos valores das Taxa de Fiscalização de Uso dos Recursos Hídricos – TFU e Taxa de Fiscalização dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário – TFS, análise horizontal e vertical dos indicadores contábeis, evolução das contas contábeis da CAESB, dentre outros.

- **Hidrometração Individual**

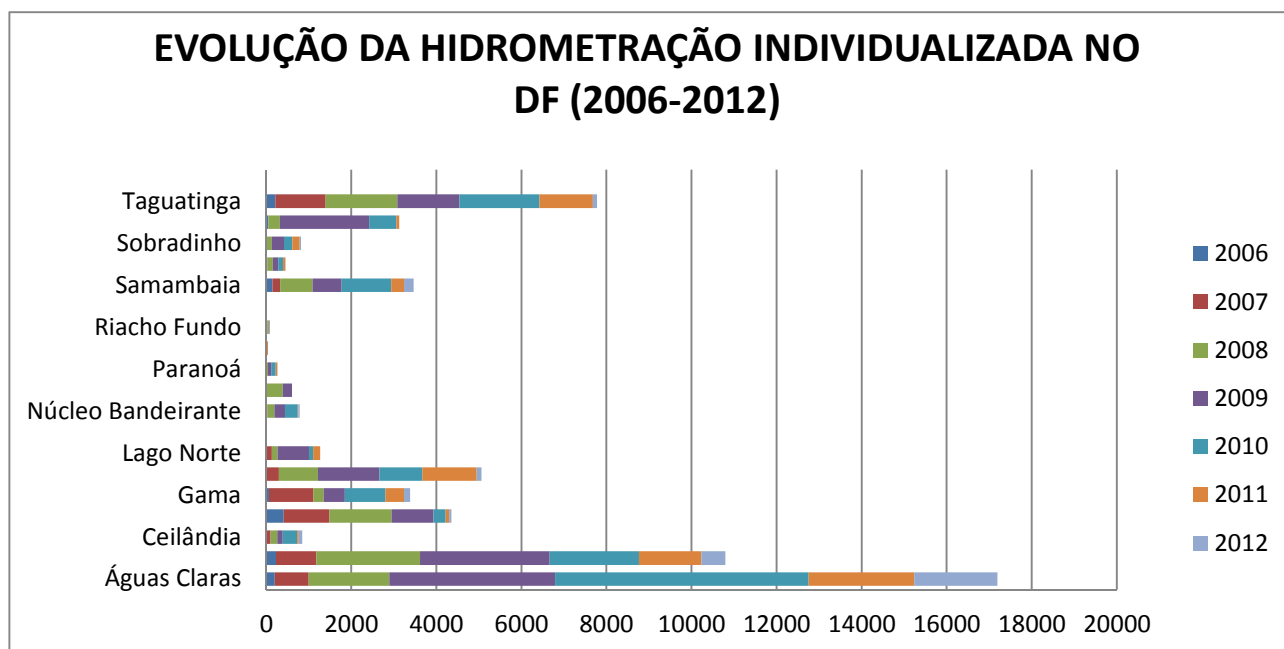
Compilação dos dados anuais referente ao número de individualizações realizadas ou dispensadas com a elaboração de gráficos, por região administrativa, para representação do balanço entre o número de individualizações realizadas e dispensadas.

GRÁFICO 2: QUANTIDADE TOTAL DE HIDRÔMETROS INDIVIDUALIZADOS



Fonte: SAE

GRÁFICO 3: EVOLUÇÃO DA HIDROMETRAÇÃO INDIVIDUALIZADA NO DF (2006-2012)



Fonte: SAE

• Validação da Base de Ativos Regulatória – BAR da CAESB

A validação da BAR é atividade fundamental do processo de revisão tarifária periódica da CAESB. Somente após a apuração desse valor, é possível dar continuidade a Primeira Revisão Tarifária Periódica – 1ª RTP da CAESB.

Cabe à ADASA, por meio da Superintendência de Água e Esgoto - SAE, validar o Laudo de Avaliação dos Ativos Imobilizados em Serviço apresentado pela CAESB, assegurando que o processo de levantamento, validação e valoração dos ativos da concessão tenha sido elaborado conforme a metodologia definida na Resolução ADASA nº 58/2009 e os critérios estabelecidos na legislação e regulamentos pertinentes.

Contratou-se consultoria especializada para dar suporte no trabalho de validação do Laudo de Avaliação dos Ativos Imobilizados em Serviço apresentado pela CAESB à ADASA para composição da Base de Ativos Regulatória – BAR, para a verificação da correta aplicação da metodologia e dos critérios estabelecidos na legislação e regulamentos pertinentes. Ao longo desse trabalho, diversas reuniões entre a ADASA e CAESB foram realizadas, bem como várias saídas a campo para Estações de Tratamento de Água, Estações de Tratamento de Esgoto, Adutoras, Barragens, Estações Elevatórias e Reservatórios entre outros para a validação de informações apresentadas no Laudo.

Com a validação do Laudo, será possível a ADASA, por meio de sua Superintendência de Estudos Econômicos e Fiscalização Financeira – SEF, concluir a Primeira Revisão Tarifária Periódica – 1ª RTP da CAESB em janeiro de 2013.

Tabela Resumo – Avaliação de Ativos da BAR

BAR	Valor de Fábrica em 2008	VNR	VNR c/ IA
Valores Finais Ajustados do Laudo	4.191.255.103,55	4.447.920.956,54	3.999.512.569,99
Ativos Pós-03/2008 (-)			95.387.333,15
Ativos Não Onerosos* (-)			262.336.249,79
Total BAR			3.641.788.987,05

Fonte: SAE

• Avaliação da Qualidade da Água

A ADASA realiza o monitoramento mensal dos Relatórios de Avaliação da Qualidade da Água para Abastecimento Público das Áreas Rurais do DF enviados pela CAESB e dos Relatórios Gerenciais do SISAGUA/Ministério da Saúde, os quais mostram a situação da qualidade da água na área urbana. Esse monitoramento mensal gerou pela primeira vez um relatório anual sobre a qualidade da água na área urbana, que foi lançado em fevereiro de 2012 e compilou os dados de qualidade do ano de 2011.

• Educação Ambiental

Com o objetivo de conscientizar a população sobre os usos devidos da rede coletora de esgoto e de tentar minimizar o impacto das chuvas nas Estações de Tratamento de Esgoto, foi produzida cartilha educativa alertando a população sobre as consequências de se jogar lixo na rede de esgoto, além disso, a cartilha ainda informa sobre a forma correta de direcionamento da água de chuva e os possíveis danos provocados pelo lançamento incorreto de água da chuva no sistema de esgotamento sanitário.

• Cooperações e parcerias

(i) AGEFIS E CAESB – Fiscalização de Lançamentos de Águas Servidas e Transbordamentos de Fossa nas Ruas do DF

Conjuntamente com a CAESB, foram realizadas palestras em todas as RAF's (Regiões Administrativas Fiscais - AGEFIS), nas quais compareceram fiscais da AGEFIS, com o intuito de aprimorar a atividade fiscalizatória do DF referente a ação de Fiscalização de Lançamentos de Águas Servidas e Transbordamentos de Fossa nas Ruas do DF, já que as competências das três entidades muitas vezes se confundem, e assim unificar as respostas a situações que fiscais de quaisquer das três entidades estão sujeitos a encontrar.

Em decorrência desta atividade no mês de dezembro foi realizado o II Seminário de Integração das Ações de Fiscalização em parceria com a CAESB. Esse seminário surgiu em consequência das palestras sobre aprimoramento das atividades fiscalizatórias feitas nas RAFs. O tema geral do seminário foi: "Desafios para Fiscalizar Lançamentos de Águas Servidas e Transbordamentos de Fossa nas Ruas do DF".

Houve participantes de várias entidades que atuam na área de saneamento básico, ainda que de forma indireta, como IBRAM, NOVACAP, AGEFIS, e, também houve a participação de estudiosos do tema, podendo destacar a participação do Prof. Sérgio Koide (UnB).

- **Fiscalização técnica da prestação dos serviços públicos de drenagem urbana, gás e energia**

Durante o ano de 2012 todas as denúncias e reclamações acerca da prestação destes serviços foram atendidas. Este serviço aproxima a Agência da população e estimula o aperfeiçoamento da prestação do referidos serviços. Nesta área foram realizadas 28 ações fiscalizatórias, sendo que 20 relacionam-se especificamente a atendimento a denúncias de lançamentos irregulares de esgoto em rede de águas pluviais, 08 referem-se a visitas a bacias de retenção e 02 correspondem a visitas a postos de distribuição de gás canalizado.

FIGURA 1: VISTORIA LANÇAMENTOS IRREGULARES



Fonte: SDE

Ainda, conforme estabelecido no PPA 2012-2015 para o Distrito Federal, a ADASA realizou a inspeção programada dos sistemas de drenagem urbana e de distribuição de gás canalizado do DF.

O sistema de retenção de águas pluviais do Distrito Federal é representado por 45 bacias de retenção situadas às RA's de Cruzeiro, Ceilândia, Riacho Fundo II, Recanto das Emas, Santa Maria, Samambaia, Brazlândia e Taquari. A totalidade de bacias está sob a responsabilidade da Companhia Urbanizadora da Nova Capital – NOVACAP, concessionária do serviço.

O sistema de distribuição de gás canalizado do Distrito Federal é composto por duas Unidades Autônomas de Gaseificação (UAG), bem como a rede de distribuição de gás da concessionária que ligam essas UAG's aos postos de combustíveis que fornecem GNV (Gás Natural Veicular), localizados no SIA e na Candangolândia, ambos os postos da BR Distribuidora. A empresa CEBGÁS detém a concessão exclusiva do serviço.

A equipe da ADASA vistoriou todas as unidades operacionais, dos dois sistemas de serviços, e foram produzidos relatórios operacionais para cada unidade.

Quanto à área de energia, a ADASA não tem delegação da ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, para fiscalizar a prestação de serviço de fornecimento de energia elétrica no DF, o que está em processo de estudo de viabilidade na Agência.

A equipe da ADASA participou de Força Tarefa de Combate a Desastres, coordenada pela Casa Civil, e com participação do Corpo de Bombeiros do DF, Defesa Civil, SEDEST, NOVACAP, IBRAM, CAESB, dentre outros órgãos do Governo do Distrito Federal. As atividades da Força Tarefa compreenderam visitas às principais áreas de risco de desabamento, participação em reuniões para tomada

de decisões com os outros órgãos envolvidos, e confecção do Plano de Contingenciamento de Desastres do Distrito Federal.

A ADASA também acompanhou, durante todo o ano de 2012, o Programa Águas do DF. Este Programa, financiado pela Corporação Andina de Fomento – CAF, tem o objetivo de apoiar a implementação de políticas públicas do Governo do Distrito Federal, orientadas a corrigir as deficiências existentes nos setores de drenagem pluvial, recuperação ambiental e fortalecimento institucional. E apoiou a Secretaria de Obras do Distrito Federal e a NOVACAP no processo licitatório de contratação de consultoria para Aperfeiçoamento do Marco Legal e Desenvolvimento Institucional da Regulação dos Serviços Públicos de Drenagem Urbana.

PROGRAMA TÊMÁTICO: 6210 – MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

OBJETIVO GERAL:

Assegurar a preservação e a conservação do meio ambiente, mediante ações que possibilitem: aperfeiçoar a legislação específica; organizar, desenvolver e coordenar sistemas de informações e bancos de dados para a gestão ambiental e dos recursos hídricos; aprimorar os serviços conservacionistas; controlar riscos e mitigar danos; promover a sustentabilidade das áreas protegidas e fomentar a educação ambiental.

TABELA 7: EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
3711 -REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	80.000	380.000	0	0	
6147 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS DIVERSOS-RECURSOS HÍDRICOS- PLANO PILOTO	80.000	380.000	0	0	053
3743 -FORTALECIMENTO E REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE MONITORAMENTO DOS RECURSOS HÍDRICOS	2.481.104	3.283.104	1.263.617,69	818.615,24	
0001 - FORTALECIMENTO E REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE MONITORAMENTO DOS RECURSOS HÍDRICOS--DISTRITO FEDERAL	2.481.104	3.283.104	1.263.617,69	818.615,24	054/055/056 /057/ 058/059
4135 -FISCALIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	148.000	148.000	0	0	
0001 - FISCALIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS-- DISTRITO FEDERAL	148.000	148.000	0	0	048
4235 -EDUCAÇÃO AMBIENTAL	525.000	525.000	0	0	
0001 - EDUCAÇÃO AMBIENTAL-ADASA DF- PLANO PILOTO	525.000	525.000	0	0	049/050/051 /052

Fonte: SIGGO

OBJETIVO ESPECÍFICO:

0006 - Ampliar e reestruturar a rede de monitoramento de águas superficiais e subterrâneas, visando à regularização, fiscalização e regulamentação dos usos dos recursos hídricos.

TABELA 8: INDICADORES DO PROGRAMA MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS – OE 06

Indicadores:

Denominação do indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em MM/A.A.	Periodicidade de Apuração	Desejado Em				Apurado 1º Ano - 2012	Fonte da Informação
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano		
IAGRH – Indicador ADASA de Gestão de Recursos Hídricos	%	-	-	Anual	0,336	0,567	0,737	0,869	0,639	Relatório de Atividades SRH/ADASA
IRRH – Índice de Regularização de Recursos Hídricos	%	-	-	Anual	0,109	0,197	0,269	0,329	0,338	Relatório de Atividades SRH/ADASA
IFRH – Índice de Fiscalização de Recursos Hídricos	%	-	-	Anual	0,227	0,370	0,468	0,540	0,301	Relatório de Atividades SRH/ADASA
IAQR – Indicador ADASA de Qualidade Regulatória	%	8,72	31/12/2010	Anual	9,15	9,61	10,09	10,59	9,19	Relatórios de Atividades SRH/ADASA
IES – Índice de Envolvimento Social	%	7,4	31/12/2010	Anual	7,77	8,15	8,57	8,99	8,64	Relatórios de Atividades Núcleo de Atendimento ao Cliente – NAC/ADASA
IQT – Índice de Qualidade Técnica	%	0,66	31/12/2010	Anual	0,69	0,73	0,76	0,80	0,27	Relatórios de Atividades SRH/ADASA

As ações vinculadas a esse Objetivo estão voltadas aos processos de Regulação, Monitoramento, Outorga e Fiscalização dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos, no âmbito do Distrito Federal.

Para uma gestão integrada tornam-se imperativas ações focadas na adequação da demanda à limitada oferta de água no Distrito Federal para fazer frente à crescente demanda quali-quantitativa por esses recursos.

Visando o desenvolvimento pleno dessas atividades é necessária e fundamental a existência de normativos que possibilitem, não só ao regulador como também ao usuário, conhecer os procedimentos que norteiam as decisões para disciplinar a implementação, a operacionalização, o controle e a avaliação dos instrumentos da Política Distrital de Recursos Hídricos.

Dentre as ações vinculadas à Regulamentação dos usos dos recursos hídricos do Distrito Federal, desenvolvidas no exercício de 2012, estão a elaboração de normativos; a contratação de consultoria; o acompanhamento do processo de elaboração de programa de assistência técnica internacional; o apoio técnico aos Comitês de Bacia, dentre outras.

Um dos destaques é o processo de revisão da Resolução Adasa nº 163/2006, que estabelece os procedimentos gerais para a fiscalização, apuração de infrações e aplicação de penalidades pelo uso irregular dos recursos hídricos em corpos de água de domínio do Distrito Federal e outros cuja fiscalização lhe seja delegada.

Em 2012 foi concluída a revisão e atualização do Plano de Gerenciamento Integrado dos Recursos Hídricos do DF (PGIRH-DF), contemplando: análise institucional da gestão de recursos hídricos, abrangendo os atores sociais estratégicos e os planos e programas setoriais do Distrito Federal; montagem do cenário tendencial e de cenários alternativos, com estimativas das demandas hídricas, balanço hídrico para todos os cenários, possibilidades de conflitos entre setores usuários e a síntese e seleção de

alternativas de intervenções; e proposta de Programas de Ação que se constituem na essência do Plano, divididos em quatro componentes: Implementação e Consolidação dos Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos no DF, Articulação de Iniciativas para Gestão Estratégica de Recursos Hídricos, Ampliação e Difusão do Conhecimento em Recursos Hídricos e Arranjo Institucional e Organizacional para a Implementação do PGIRH/DF. O produto final da revisão e atualização do PGIRH-DF foi aprovado pelo CRH-DF, em meados de 2012.

No intuito de fortalecer os Comitês de Bacia do DF, a ADASA vem desenvolvendo uma série de ações que dão suporte às atividades dos mesmos. Neste sentido, as ações desenvolvidas em 2012 estiveram relacionadas aos seguintes colegiados: (i) Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes do rio Maranhão (CBH/AM); (ii) Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes do rio Preto (CBH/AP), e (iii) Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Paranoá (CBHRP). A Adasa vem apoiando as atividades do Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal – CRH-DF e para tal a Agência auxilia a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH nas ações de coordenação das reuniões do referido Conselho.

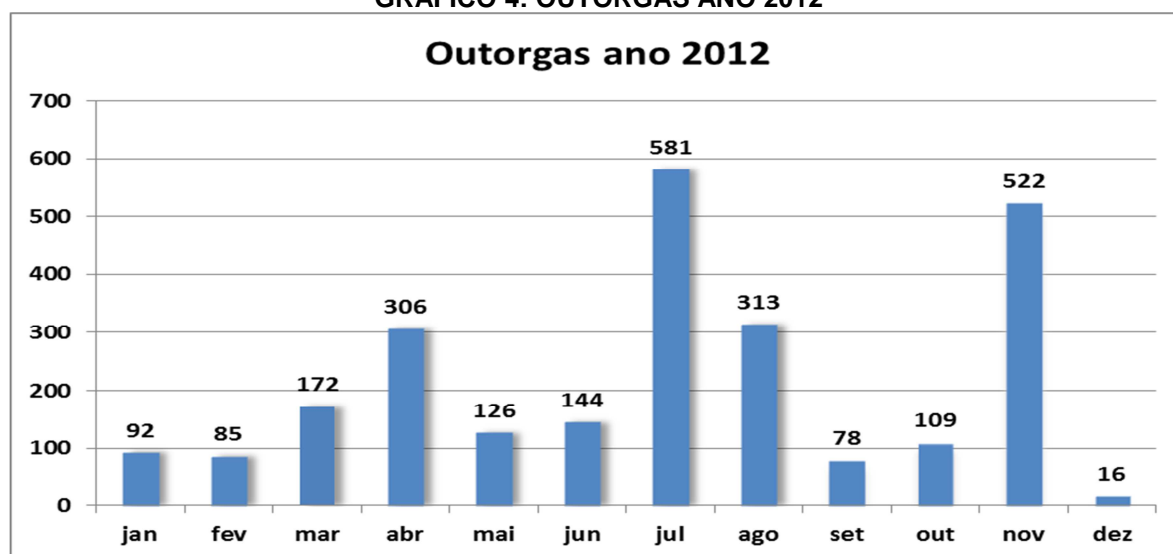
• Regularização dos usos dos Recursos Hídricos do DF _ Outorga

A água tem diversos usos: abastecimento humano, dessedentação animal, irrigação, indústria, geração de energia elétrica, preservação ambiental, paisagismo, lazer, navegação, etc. Para que esses usos sejam viabilizados de forma organizada é necessário que o Estado/DF, por meio da outorga, realize sua distribuição, observando a quantidade e a qualidade adequadas aos atuais e futuros usos.

Assim sendo, o instrumento de outorga é necessário para o gerenciamento dos recursos hídricos, pois permite ao administrador (outorgante) realizar o controle quali-quantitativo da água, e ao usuário (requerente) a necessária autorização para implementação de seus empreendimentos produtivos. É, também, um instrumento importante para minimizar os conflitos entre os diversos setores usuários e evitar impactos ambientais negativos aos corpos hídricos. É o instrumento adotado para indicar o nível de regularização dos usos dos recursos hídricos no DF.

O número mensal de outorgas, atingido no ano de 2012, é mostrado no gráfico 4 a seguir:

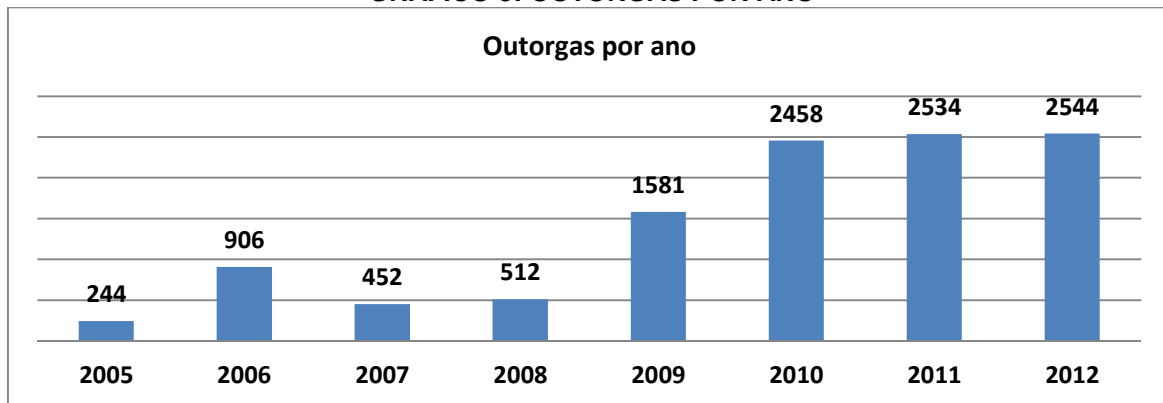
GRÁFICO 4: OUTORGAS ANO 2012



Fonte: SRH

Desde maio de 2005, foram emitidas 11.231 outorgas do direito de uso de recursos hídricos, conforme gráfico 5:

GRÁFICO 5: OUTORGAS POR ANO

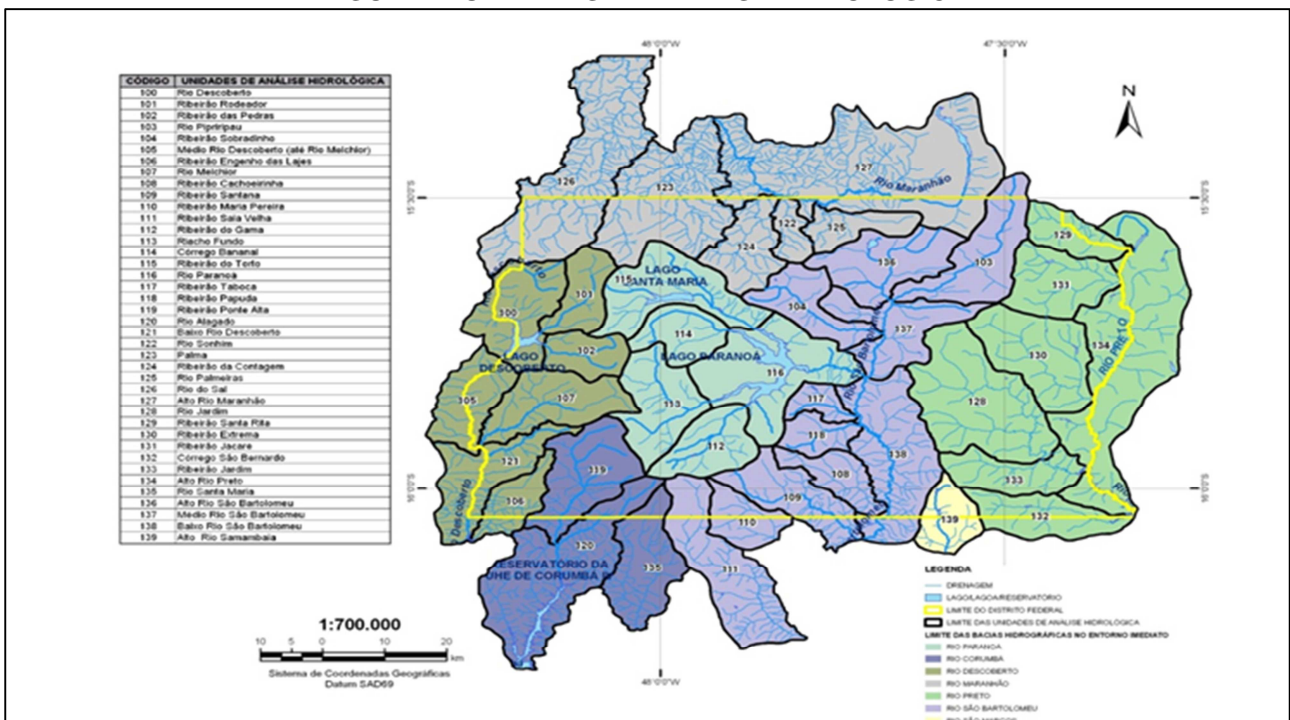


Fonte: SRH

A outorga não implica a alienação das águas, que são inalienáveis, mas o simples direito de usá-la. Está condicionada às prioridades estabelecidas nos Planos de Recursos Hídricos e deverá preservar o uso múltiplo das águas.

Dentre as finalidades mais frequentes do uso de água praticados no DF estão o abastecimento humano, a irrigação e a criação de animais. As águas superficiais são as de mais fácil captação e por isso há uma tendência que seja mais utilizada. No Distrito Federal, o uso dessa água é controlado por 40 (quarenta) Unidades de Análise Hidrológica – UAH, que são subdivisões das 7 (sete) bacias hidrográficas do DF. A Figura 2 abaixo apresenta a divisão das UAH's na região do Distrito Federal.

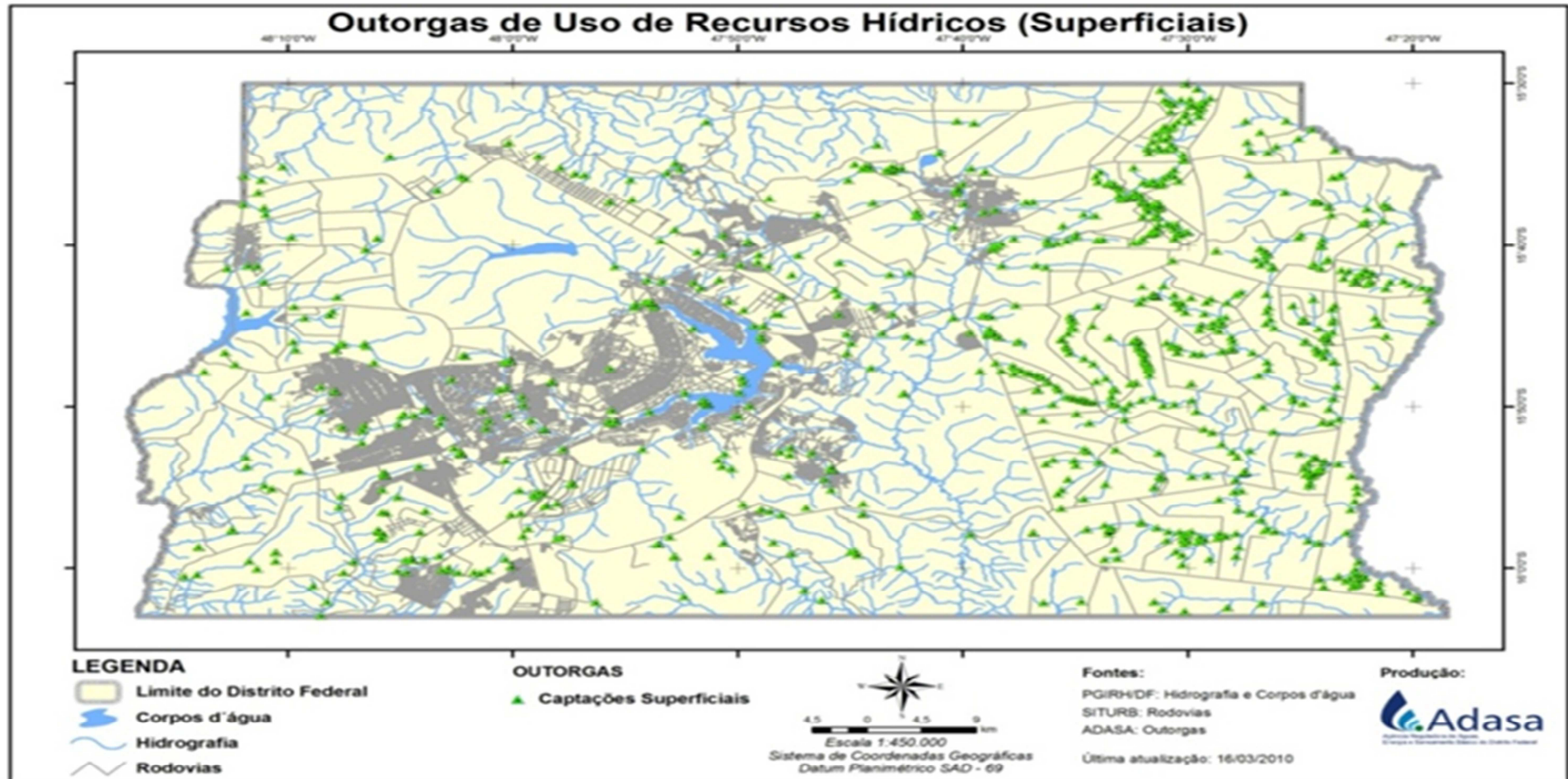
FIGURA 2: UNIDADES DE ANÁLISE HIDROLÓGICA



Fonte: SRH

A figura 3 a seguir apresenta o retrato das captações superficiais cadastradas na Adasa:

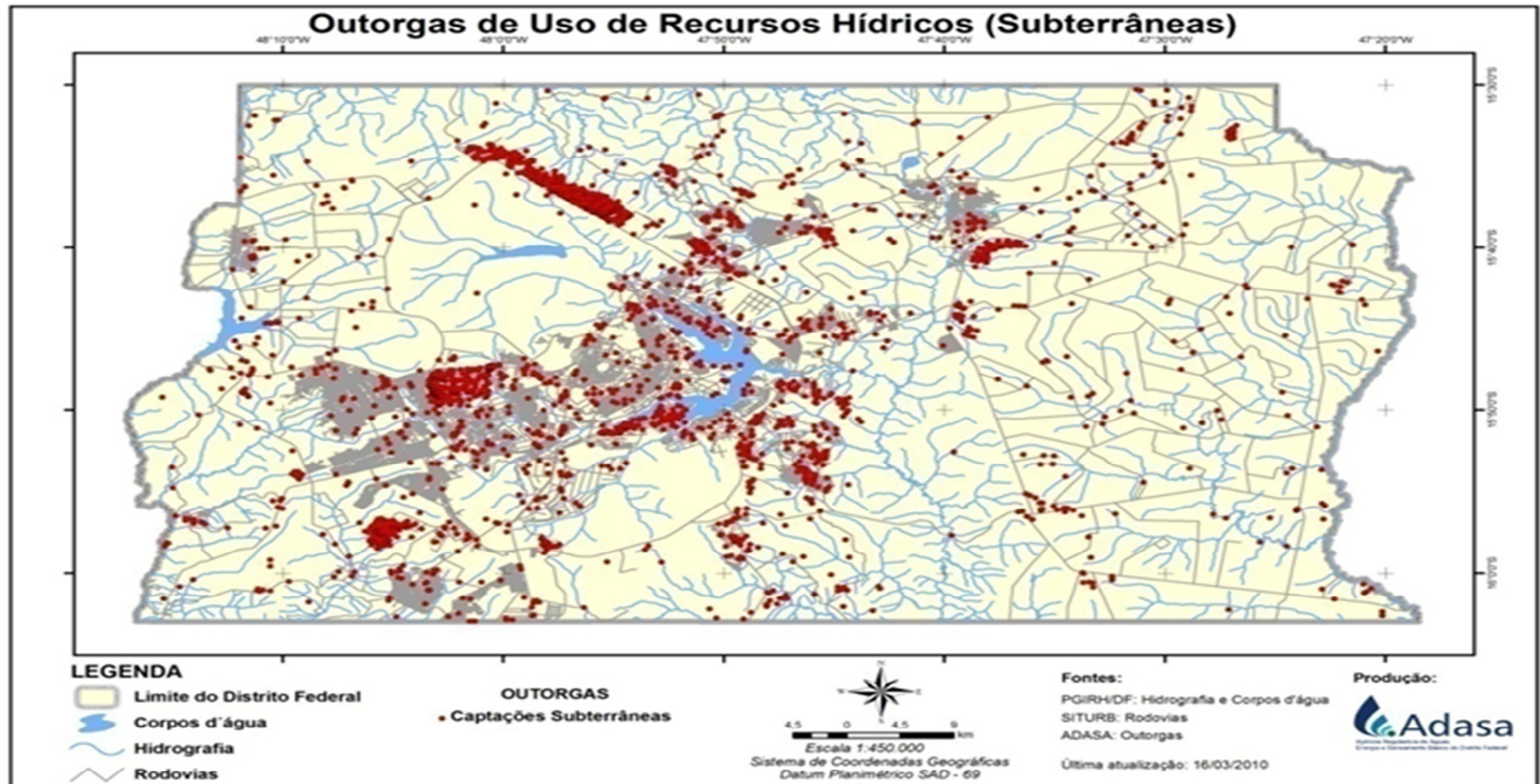
FIGURA 3: OUTORGAS DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS (SUPERFICIAIS)



Fonte: SRH

Pode ser visto na figura 4, abaixo, o retrato das captações subterrâneas cadastradas na Adasa.

FIGURA 4: OUTORGAS DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS (SUBTERRÂNEAS)



Fonte: SRH

A observação sistemática do nível dos rios, da vazão e da pluviosidade nas diferentes regiões do DF fornece elementos que, analisados e estudados em conjunto com a qualidade das águas, permitem executar a gestão do uso da água e controlar a disponibilidade hídrica, com vista ao seu uso racional e sustentável.

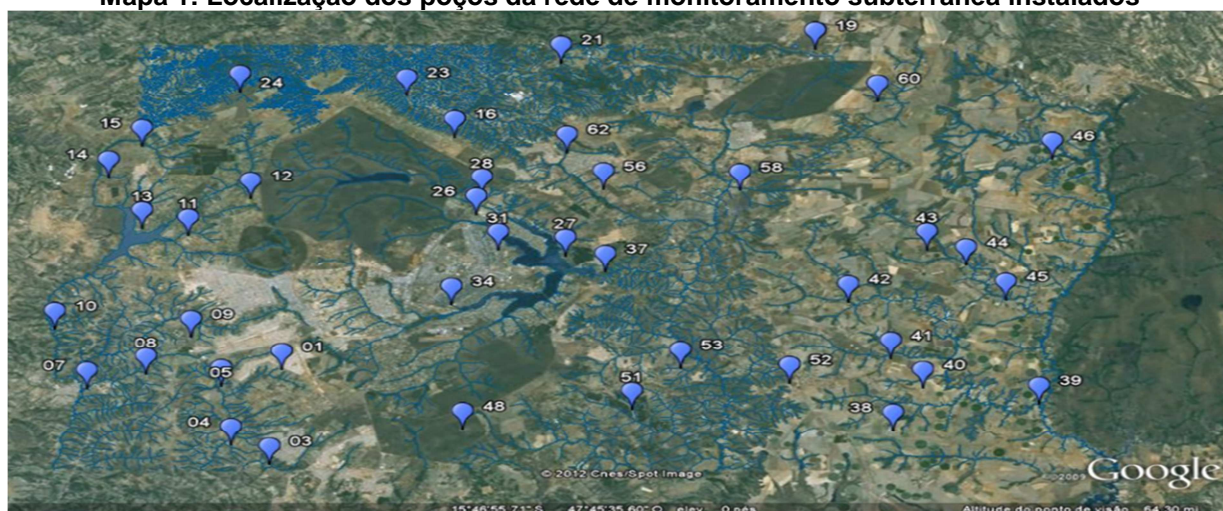
Os dados gerados a partir do monitoramento superficial são armazenados em planilhas, e posteriormente, são incluídas no SISRH-Adasa. Atualmente, os dados também abastecem o sistema HIDRO, da Agência Nacional de Águas - ANA, e a partir do qual é possível a visualização de gráficos de série histórica e estatística para cada estação de monitoramento.

No ano de 2012 ocorreram lacunas na operação e manutenção da rede de monitoramento, em consequência do processo de mudança da empresa prestadora de serviço (a não renovação de contrato). Após processo licitatório, foi assinado, em agosto de 2012, um novo contrato para desempenhar as atividades de operação e manutenção da rede hidrometeorológica da ADASA (o contrato tem validade até agosto de 2013).

Buscando conhecer e gerir de forma global os recursos hídricos do Distrito Federal, foram implantados 42 (quarenta e dois) poços no sistema poroso e 42 (quarenta e dois) poços no sistema fraturado, o que totaliza 84 pontos de monitoramento, que compõem a rede de monitoramento das águas subterrâneas, cujos dados, após processo de integração da informação sobre plataforma geográfica, permitirá a comparação espacial da distribuição da água subterrânea e a sua dinâmica no meio natural, com outros elementos integráveis, como: a ocupação humana do território; a integração com outros corpos hídricos ou o efeito dos referidos núcleos de captação de água nas suas áreas envolventes. Permitirá, assim, conhecer a disponibilidade hídrica de cada domínio - poroso ou fraturado - possibilitando sua gestão sem comprometer a sua integridade. Não se refere apenas a aspectos quantitativos, mas também a preservação da qualidade da água.

O mapa 1 abaixo ilustra a localização dos poços da rede de monitoramento subterrânea instalados:

Mapa 1: Localização dos poços da rede de monitoramento subterrânea instalados

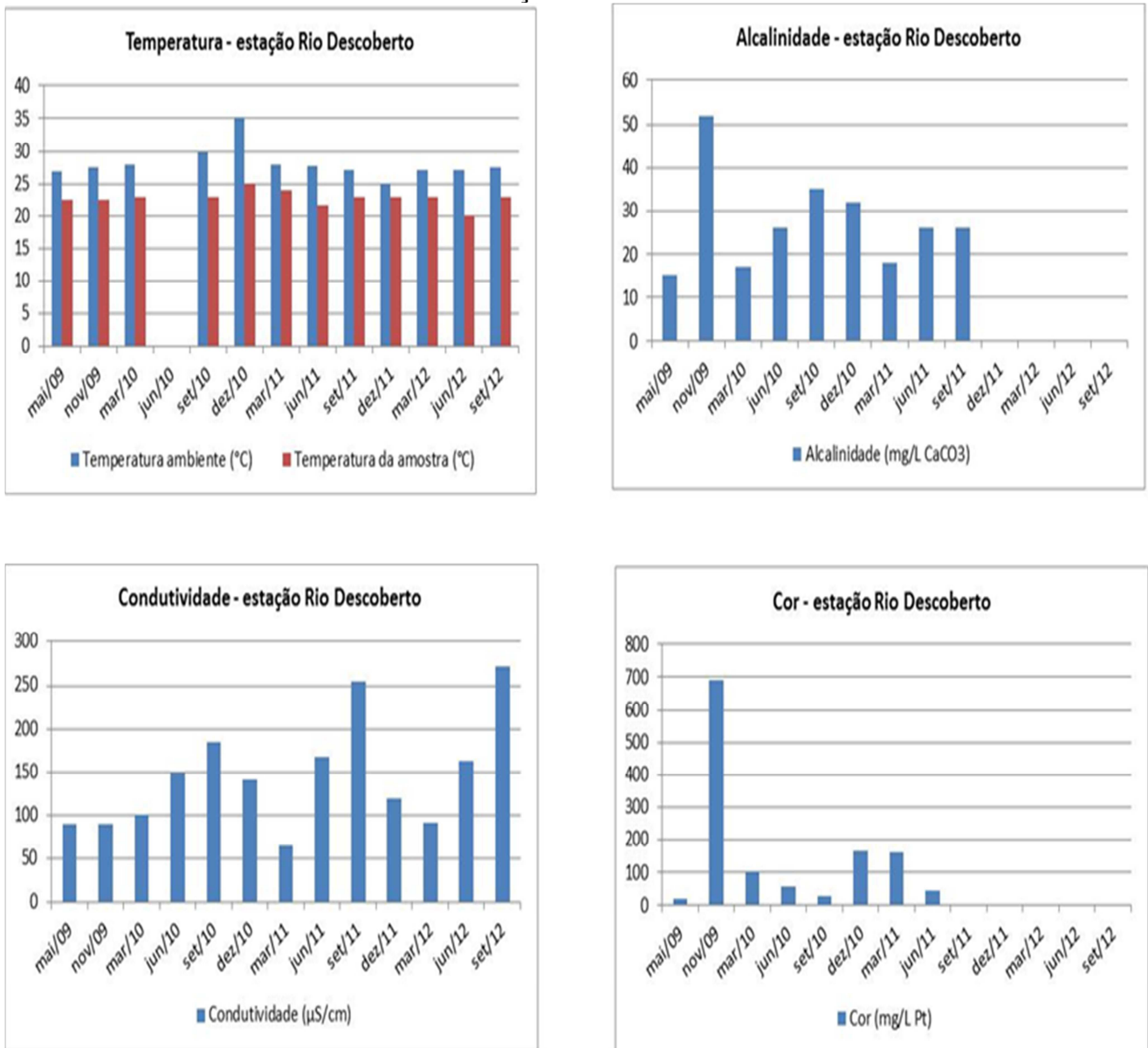


Fonte: GOOGLE

A Adasa vem realizando, desde 2009, o monitoramento da qualidade das águas do DF. No ano de 2012, esta rede está composta (i) pelos 42 (quarenta e dois) locais onde se situam as estações de monitoramento superficial, (ii) nos 4 (quatro) tributários e na barragem do Lago Paranoá, totalizando 47 (quarenta e sete) estações de monitoramento de qualidade da águas. Também vem sendo realizado o monitoramento quadrimestral nas regiões a montante e a jusante das Estações de Tratamento de Esgoto (ETE) da CAESB.

Gráficos são gerados para cada parâmetro avaliado e para estação de monitoramento. Assim, a série histórica pode ser acompanhada e, qualquer valor considerado fora dos padrões estabelecidos, pode ser facilmente identificado. Abaixo, na figura 6, um exemplo de dados gerados para uma estação de monitoramento do Rio Descoberto.

FIGURA 6: DADOS GERADOS PELA ESTAÇÃO DE MONITORAMENTO DO RIO DESCOBERTO



Fonte: SRH

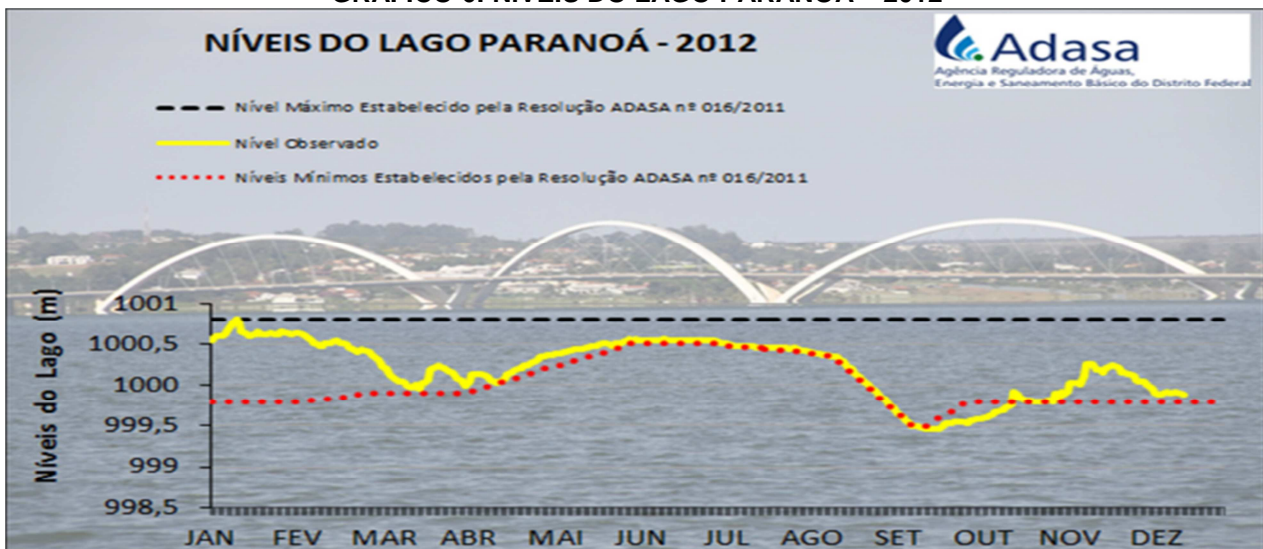
No site da Adasa o consumidor pode acessar o Sistema de Informações e Recursos Hídricos do Distrito Federal - SIRH/DF, onde constam informações como os mapas temáticos, informações do que é outorga, os planos de Recursos Hídricos, a situação dos recursos hídricos com informações de disponibilidade hídrica superficial e subterrânea bem como a qualidade das águas, informações dos órgãos que compõem o Sistema de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos do DF e informações sobre o Uso Racional da Água. O SIRH/DF foi estruturado de acordo com o Decreto nº 22.356, de 31 de agosto de 2001, que regulamenta o Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos do Distrito Federal.

O Sistema de Recursos Hídricos da Adasa – SISRH/Adasa foi construído em módulos chamados de sistemas, são eles: o sistema de Cadastro Web, sistema de Cadastro URH (usuário de recurso hídrico), sistema de Outorga, sistema de Fiscalização, e o sistema de Monitoramento. Estes sistemas em vários pontos são interligados e integrados formando o SISRH/Adasa. No exercício de 2012 foram recebidos os produtos e iniciada a fase de teste.

Cabe à Adasa o acompanhamento dos níveis altimétricos do Lago Paranoá. Ao longo do ano é verificado, diariamente, o nível altimétrico das águas do Lago Paranoá, e este comparado com a curva estabelecida em Resolução específica, que é elaborada anualmente no âmbito do Grupo de Acompanhamento dos Níveis Altimétricos do Lago Paranoá, composto por: Adasa - Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal; CAESB - Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal; CEB Geração S/A; Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Paranoá – CBHRP; DIVAL - Diretoria de Vigilância Ambiental da Secretaria de Saúde do Distrito Federal; IBRAM - Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal; Marinha do Brasil; SETUR - Secretaria de Estado de Turismo do Distrito Federal, e a SEMARH - Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal.

Ao longo do ano de 2012 foi verificado, diariamente, o nível altimétrico das águas do Lago Paranoá, e este comparado com a curva estabelecida na Resolução Adasa nº 16 de dezembro de 2011, conforme o gráfico 6 abaixo:

GRÁFICO 6: NÍVEIS DO LAGO PARANOÁ – 2012



Fonte: SRH

Em 2012 aconteceu a segunda edição da Semana Lago Limpo. Neste ano a organização do evento contou com a participação de vários servidores das demais Superintendências da Adasa, repassando informações técnicas, apoiando o evento e concedendo entrevistas para a imprensa.

Dentre os objetivos da Política de Recursos Hídricos do Distrito Federal, incluem-se assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade e quantidade adequados aos respectivos usos e promover a utilização racional e integrada dos recursos hídricos, com vista ao desenvolvimento humano sustentável.

Além do monitoramento para a garantia de água em quantidade e qualidade adequados à presente e futuras gerações, a Adasa também tem como um dos seus objetivos fundamentais implementar a prevenção e a defesa contra eventos hidrológicos críticos de origem natural ou decorrentes do uso inadequado dos recursos naturais, além da atribuição de planejar e promover ações destinadas a prevenir ou minimizar os efeitos das secas e inundações, em articulação com os órgãos de defesa civil e com a Agência Nacional de Águas – ANA.

Para isto, encontra-se em processo de implantação o Centro de Operação das Águas do Distrito Federal (COA), com o objetivo de realizar o completo monitoramento dos recursos hídricos do DF, gerando informações claras e objetivas que fundamentem decisões do corpo técnico da Adasa, e também expondo de maneira didática toda a situação dos recursos hídricos para a sociedade em geral. Com o objetivo de conhecer novas ferramentas de tecnologia da informação, que deverão ser implementadas no COA, foram realizadas duas visitas às seguintes instituições: (i) Centro de Operações do Rio de Janeiro, e (ii) ao Parque Tecnológico de Itaipu: Centro Internacional de Hidroinformática.

• Fiscalização de Recursos Hídricos

A ação de fiscalização de recursos hídricos retira seu fundamento legal da lei que instituiu a Política de Recursos Hídricos do Distrito Federal (Lei Distrital nº 2.725/2001) e da lei de criação da Adasa (Lei Distrital nº 4.285/2008).

Em 2012, foram emitidos 1.156 (mil cento e cinquenta e seis) atos de fiscalização resultantes de atividades de atendimento a denúncias, cadastramento de usuários de canais, solicitações de órgãos externos, vistorias de rotina e solicitações da Coordenação de Outorgas, **excluídas as ações resultantes do TAC Vicente Pires**, divididos em: 151 (cento e cinquenta e um) Relatórios de Vistoria, 238 (termos de notificação), Termos de Notificação, 274 (duzentos e setenta e quatro) Termos de Vistoria, 79 (setenta e nove) Autos de Infração de Advertência, 17 (dezessete) Autos de Infração de Multa, 332 (trezentos e trinta e dois) Termos de Responsabilidade por Obturação de Poços e 65 (sessenta e cinco) Termos de Responsabilidade por Lacração de Poços, conforme demonstrado no gráfico 7 a seguir.

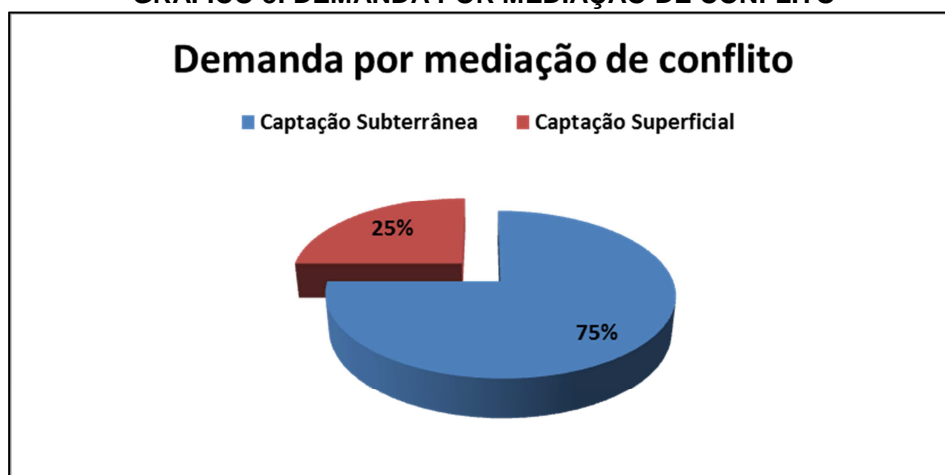
GRÁFICO 7: ATOS DE FISCALIZAÇÃO – 2012



Fonte: SRH

A partir da análise das demandas recebidas, é possível estabelecer um perfil de sua natureza. Os dados disponíveis indicam que 75 % (setenta e cinco por cento) das demandas recebida relatam interferência em recursos hídricos subterrâneos e 25 % (vinte e cinco por cento) relatam interferência em recursos hídricos superficiais, gráfico 8:

GRÁFICO 8: DEMANDA POR MEDIAÇÃO DE CONFLITO



Fonte: SRH

É possível também analisar a dinâmica das demandas recebidas com os meses do ano. A análise das informações indica que nos meses de seca (abril – setembro) o número de demandas recebidas é maior que nos meses chuvosos (outubro – março), isso se deve principalmente ao problema da disponibilidade hídrica nesses dois períodos.

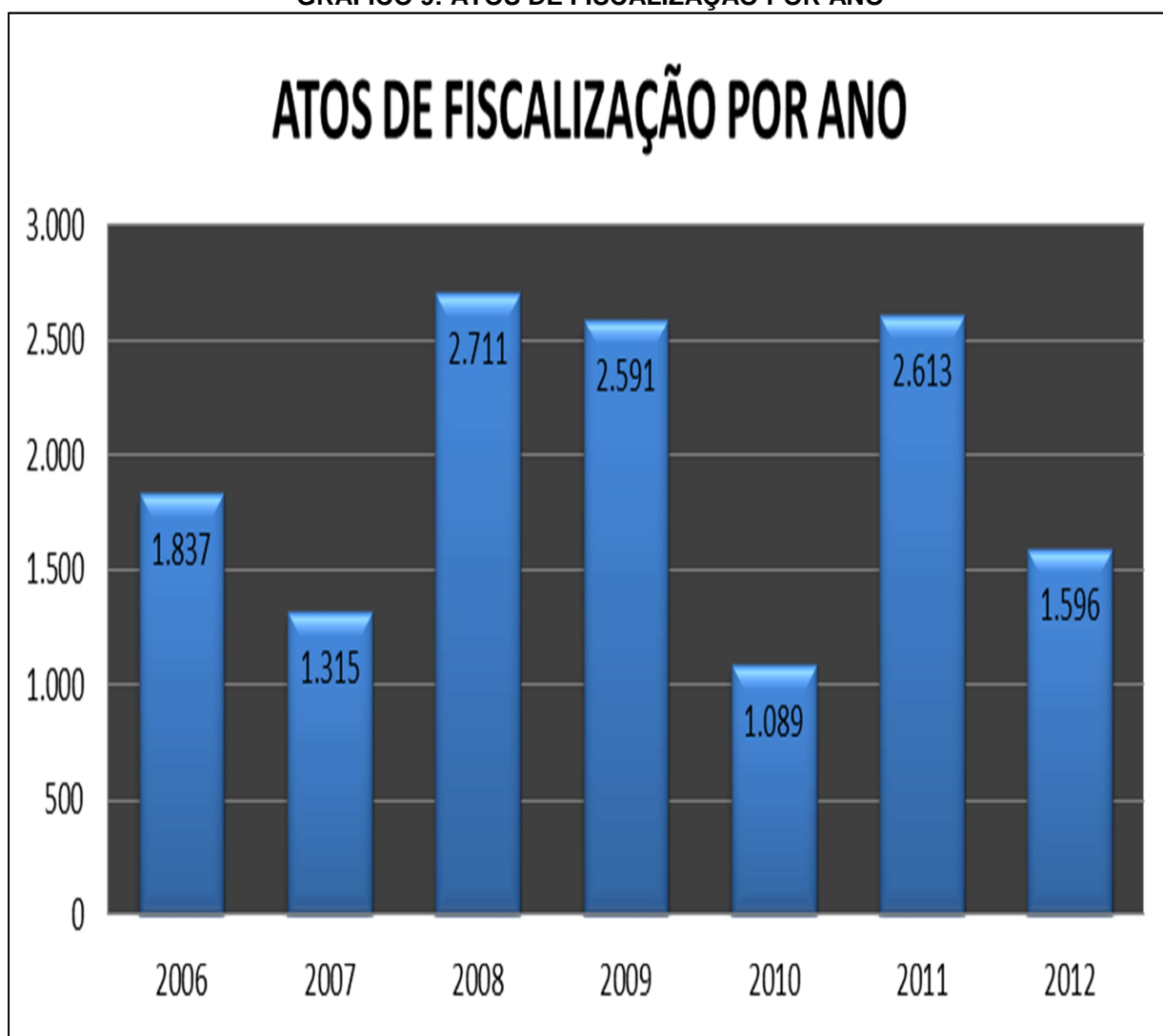
Os canais para captação de água superficial são amplamente utilizados nas zonas rurais do Distrito Federal principalmente para irrigação de áreas destinadas para o plantio de subsistência e comercial. Durante o ano de 2012, a Adasa realizou várias ações no sentido de instruir os usuários desses canais de água e regularizar os mesmos, podendo evidenciar os trabalhos realizados em na região

chamada de Ponte Alta, localizada na R.A. do Gama, e na Bacia do Rio Preto. O principal ganho nesse tipo de trabalho é permitir que os usuários discutam seus problemas e cheguem a uma solução, possibilitando a auto composição de conflitos, onde todos ganham no final do processo.

Os conflitos causados pela escassez de água tornam-se cada vez mais frequentes nas mais diversas regiões. Atenta a esse problema, a Adasa, durante o ano de 2012, participou de entendimentos quanto a mediação de conflitos junto com os Comitês de Bacias e Serviço de Atendimento ao Usuário e Mediação de Conflitos (SAM) da própria ADASA.

A evolução dos atos de fiscalização por ano é demonstrada a seguir, gráfico 9

GRÁFICO 9: ATOS DE FISCALIZAÇÃO POR ANO



Fonte: SRH

Partindo dos quantitativos alcançados em 2012, aqui incluídos os atos **resultantes do TAC Vicente Pires**, de 1.596 (mil quinhentos e noventa e seis) atos de fiscalização e os quantitativos alcançados a partir de 2010, que totaliza 5.298 (cinco mil duzentos e noventa e oito) atos de fiscalização.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

0007 - Promover a educação ambiental hídrica da população urbana e rural do DF, integrada aos sistemas alternativos de saneamento, com vistas à melhoria da quantidade e qualidade dos recursos hídricos e do desenvolvimento humano sustentável.

TABELA 9: INDICADORES

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em MM/A.A.	Periodicidade e de Apuração	Desejado em				Apurado 1º Ano - 2012	Fonte da Informação
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano		
Indicador de efetividade da capacitação para mobilização social-iecms	Unidade	-	-	Anual	-	33,33	66,66	100	-	ADASA
Indicador de eficácia da capacitação em metodologia alternativa de saneamento IECMAS	%	-	-	Anual	-	33,33	33,33	33,33	-	ADASA
Indicador da eficiência da capacitação- iec	%	-	-	Anual	-	20	40	60	-	ADASA
Indicador da eficácia de educação ambiental (IEEA)	%	-	-	Anual	18,9	22,8	26,6	31,7	7%	ADASA

Fonte:SRH

Vinculam-se a esse objetivo as ações voltadas a Gestão do Projeto de Conservação Ambiental e as de Educação Ambiental.

As ações de Gestão do Projeto de Conservação relacionam-se ao desenvolvimento de Projetos específicos, todos voltados, com destaque, a manutenção quali-quantitativa dos recursos hídricos superficiais, no âmbito do Distrito Federal. São destaques as bacias hidrográficas do rio São Bartolomeu, sub-bacia do ribeirão Pípiripau e a bacia do rio Descoberto, região do lago formado pela barragem do Descoberto, que é o maior manancial de abastecimento para a população do Distrito Federal.

- **Projeto Descoberto Coberto**

O Projeto Descoberto Coberto consiste na reabilitação ambiental de propriedades rurais localizadas nas margens do Lago Descoberto. Esse projeto se dá a partir de um programa integrado viabilizando o trabalho de sensibilização e educação da comunidade do entorno ao Lago, integrando-a aos esforços de outros parceiros para a proteção e conservação dos recursos hídricos. O Projeto visa viabilizar plantios de essências nativas do cerrado aliado a um programa robusto de educação ambiental, capacitação e de comunicação. São executadas ações motivadoras à reversão do desmatamento, do processo erosivo e de sedimentação do Lago, que é o principal manancial de abastecimento de água do DF.

Para o desenvolvimento desse Projeto e implementação das ações, foi formado um grupo de trabalho que contém representantes das seguintes instituições: Ministério do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (MMA), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural (SEAGRI), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (Emater-DF), Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do DF

(Adasa), Instituto de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do DF - Brasília Ambiental (Ibram), Companhia de Saneamento Ambiental de Brasília (Caesb) e Associação dos Produtores e Protetores da Bacia do Descoberto (Pró Descoberto).

Dando continuidade nas ações delimitadas no Projeto Descoberto Coberto, em 2012 foram plantadas mudas nativas do cerrado em diversas propriedades rurais e colaboradores participaram de oficinas em escolas de nível fundamental e com os próprios produtores rurais, a fim de sedimentar a ideia de preservação ambiental nas comunidades da região.

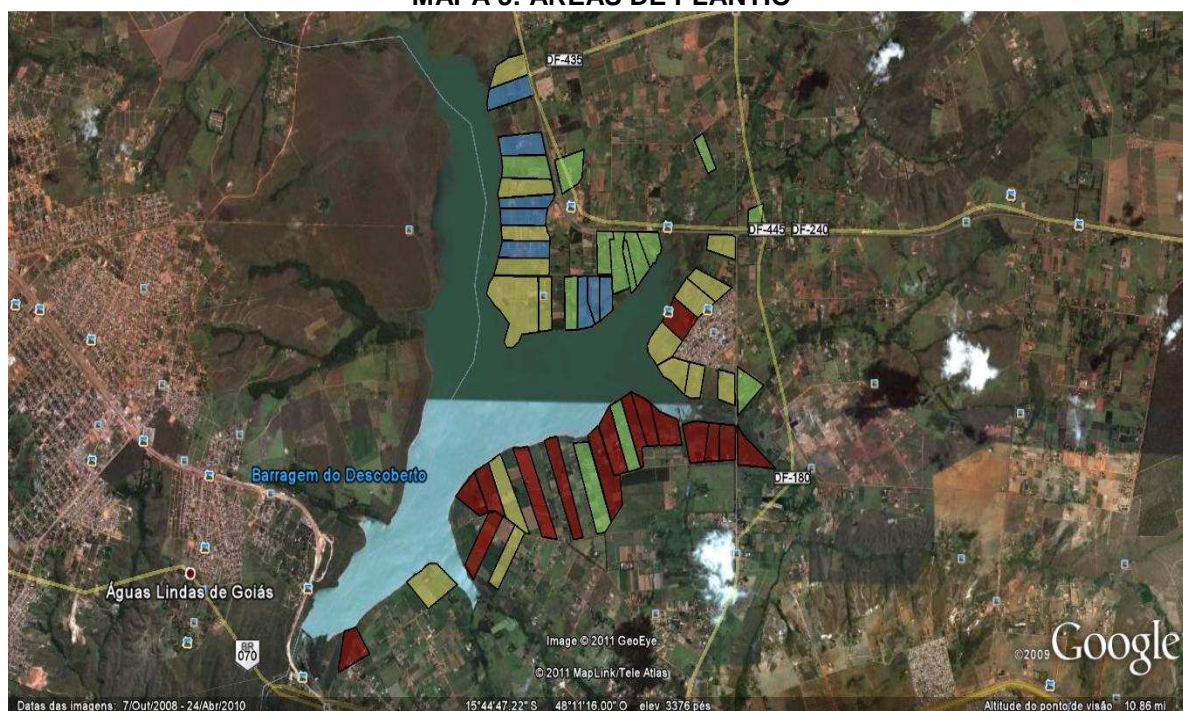
Abaixo são apresentados: na tabela 10, o quantitativo de mudas plantadas por período anual; mapa com as áreas que já receberam plantio de mudas e fotos das ações desenvolvidas no âmbito do Projeto.

TABELA 10: QUANTIDADE DE MUDAS PLANTADAS POR ANO

	CAESB	SEAGRI	OUTROS	TOTAL
2009/2010	7.604	7.740	2.400	17.744
2010/2011	29.760	36.850	-	66.610
2011/2012	30.000	16.700	-	46.700
2009 a 2012	67.364	69.260	2.400	139.024

Fonte:SRH

MAPA 3: ÁREAS DE PLANTIO



Fonte: Google

FIGURA 7: IMAGENS DOS PLANTIOS



FIGURA 8: IMAGENS DAS AÇÕES EDUCACIONAIS



- **Projeto Produtor de Água no Pípiripau**

No ano de 2004 foi realizado um cadastramento de usuários da bacia do ribeirão Pípiripau, tendo sido quantificadas suas demandas hídricas. A partir dessas informações, constatou-se uma situação de elevada demanda se comparada à disponibilidade hídrica da região durante o período de estiagem, o que se agrava nos anos em que a precipitação situa-se abaixo das médias da bacia ou quando ocorre atraso no período de início das chuvas. É conhecido o fato de que as precipitações médias da bacia do ribeirão Pípiripau são inferiores às médias encontradas no Distrito Federal como um todo.

Baseado nos dados obtidos pelo processo de cadastramento de usuários realizado em 2004, a ADASA e a ANA estabeleceram, por meio da Resolução ADASA nº 293/2006 e da Resolução ANA nº 127/2006, respectivamente, o Marco Regulatório para os usos dos recursos hídricos na bacia. A partir deste Marco, o gerenciamento dos recursos hídricos da bacia passou a ser realizado de forma negociada, tendo como atores deste processo de gestão, os órgãos gestores de recursos hídricos (ADASA e ANA) e os usuários da bacia.

Em março de 2008, ANA e ADASA assinaram o Termo de Cooperação Técnica Nº 002/2008 para o desenvolvimento de ações na área de gestão de recursos hídricos no Distrito Federal. O Plano de Trabalho identificava a implantação de um projeto do Programa Produtor de Água - que visa a revitalização de bacias hidrográficas no Distrito Federal como cumprimento da meta 4: "Fomento de ações de integração de gestão de recursos hídricos com as de uso do solo, de conservação de água e solo, revitalização e proteção dos recursos hídricos".

Devido aos critérios como: tamanho ideal, degradação ambiental avançada, grande número de informações disponíveis e alto grau de conflito pelo uso de recursos hídricos, optou-se pela bacia do ribeirão Pípiripau.

A Adasa está encarregada em dar andamento a este projeto e pela coordenação do programa, como Secretaria Executiva da Unidade de Gestão do Projeto – UGP, composta pelas seguintes instituições: Agência Nacional de Águas – ANA; Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal – ADASA; Ministério da Integração Nacional – MI; Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal – SEAGRI-DF; Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal - Brasília Ambiental – IBRAM-DF; Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB; Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal – EMATER DF; Banco do Brasil – BB; Fundação Banco do Brasil – FBB; Instituto de Conservação Ambiental The Nature Conservancy – TNC; WWF Brasil; Fundação Universidade de Brasília – FUB, e Conselho Nacional do Serviço Social da Indústria – CN-SESI.

A área inicialmente escolhida é a do córrego Taquara, e o trecho a ser beneficiado é o que vai da sua nascente até a estação fluviométrica Taquara Jusante, localizada no ponto de coordenadas - 47°31'57"W; 15°37'21"S, próximo a sua foz no córrego Pipiripau.

FIGURA 9: PONTOS DE CONTROLE NA BACIA DO PIPIRIPAU



Fonte: Google

No ano de 2012 foi aprovada a assinatura de 05 (cinco) projetos para o programa Produtor de Águas, que resultarão na melhoria da qualidade da água; na redução da erosão e da sedimentação; na adequação ambiental das propriedades rurais e na regularização da oferta de água. A adesão ao programa é voluntária e, como compensação e incentivo à participação dos produtores, é adotado o Pagamento por Serviços Ambientais – PSA. Estes pagamentos são geridos pela ADASA. Deste modo, o cumprimento dos objetivos pactuados no projeto aprovado garante, ao produtor rural, o direito à compensação financeira por suas ações, sendo. Outros projetos estão em análise pela comissão.

• **Gestão no Ribeirão Pípiripau**

Juntamente com o programa Produtor de Águas, foram realizadas, no ribeirão Pípiripau, campanhas de sensibilização quanto o uso racional da água. As campanhas foram necessárias devido à escassez de água naquela região nos meses de seca, quando são realizadas reuniões quinzenais com as instituições parceiras - Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB, Agência Nacional de Águas – ANA, Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal - Brasília Ambiental – IBRAM-DF, e usuários.

Para viabilizar esse processo de gestão foi constituída uma Comissão de Acompanhamento da Bacia do Ribeirão Pípiripau para monitorar, alertar e conduzir a solução dos conflitos. Esta, ainda que não seja uma solução fática para a conciliação entre a oferta e a demanda de recursos hídricos da bacia é a forma atual de minimizar a tensão social enquanto outras linhas de ação são planejadas.

FIGURA 10: EXEMPLO DE PROPOSTA QUE É APRESENTADA E DISCUTIDA NO ÂMBITO DA



Vinculada também ao Objetivo Específico 7, está a ação de Educação Ambiental, que direciona seu foco ao processo de educar alunos da rede de ensino do DF a desenvolverem hábitos de redução, reaproveitamento e reciclagem na produção de resíduos e quanto a importância do uso racional dos recursos hídricos.

Destaque ao Adasa na Escola por se tratar de um programa permanente de formação de agentes multiplicadores, criado em 2010 e que tem como principal objetivo, dar conhecimento à comunidade, em caráter permanente, sobre a necessidade de conscientização e medidas educativas sobre a importância do uso racional da água, sua preservação e garantia às futuras gerações no acesso ao abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Com esse programa surgiu a oportunidade de promover e implantar uma educação ambiental sobre recursos hídricos para chamar atenção da população para a necessidade de conservação desse bem natural indispensável para a humanidade – ÁGUA. Esse esforço iniciou-se, junto à rede pública e privada do Ensino Fundamental I (4ª e 5ª ano) do Distrito Federal, fortalecendo a missão institucional da Adasa de regular os usos das águas e dos serviços públicos do Distrito Federal.

A metodologia utilizada é com a realização de palestras, por servidores da Adasa, utilizando como material de apoio: cartilha – Guardião da Água, CD's educativos (Lagoas e Cachoeiras) e brindes diversos. Assim, é levado à população do DF tanto a necessidade de se combater o desperdício como o incentivo ao uso inteligente e racional da água.

Atualmente, há aproximadamente 526 instituições de ensino no Distrito Federal e desde a criação do Programa já foram visitadas aproximadamente 100 escolas, abrangendo as 14 Diretorias Regionais de Ensino – DRE, alcançando a participação de cerca de 15.000 alunos.

No ano de 2012 foram visitadas 22 instituições de ensino, nas quais se contou com a participação de cerca de 6.000 alunos. As metas programadas de visita são: para 2012 - 60 escolas; para 2013 - 70 escolas; para 2014 - 80 escolas, e para 2015 - 90 escolas. Diante do previsto constata-se que no ano de 2012 a meta deixou de ser atendida plenamente.

Dois outras atividades integram essa ação. A primeira - Adasa em Ação – tem por objetivo sensibilizar e informar às administrações regionais do Distrito Federal a cerca da regulação dos usos das águas e dos serviços de saneamento, e a segunda – Adasa no Campo – objetiva criar instrumentos que permitam à comunidade rural, atendida de forma precária, construir soluções alternativas de saneamento dentro de parâmetros técnicos e ambientais adequados. Essas atividades estão programadas para terem o seu início no ano de 2013, e serão executadas por técnicos da Adasa e de parceiros.

3. Outras Realizações

PROGRAMA 6006 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – MEIO AMBIENTE

TABELA 11: EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
1471 -MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	2.000.000	2.288.000	1.655.999	486.023	
0017 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO- DESENVOLVIMENTO/MELHORIA DE SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS- PLANO PILOTO	2.000.000	2.288.000	1.655.999	486.023	013
1984 -CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	702.154	702.154	0	0	
9748 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-ADASA DF- PLANO PILOTO	702.154	702.154	0	0	011
2422 -CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO	280.000	280.000	186.133	186.133	
9632 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO-ADASA DF- PLANO PILOTO	280.000	280.000	186.133	186.133	004
3903 – REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	0	1.200.000	0	0	
9726 – REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS - REFORMA DA SEDE DA ADASA – DISTRITO FEDERAL	0	1.200.000	0	0	060
4088 -CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	454.000	454.000	116.715	93.143	
0014 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-ADASA DF- PLANO PILOTO	454.000	454.000	116.715	93.143	010
8502 -ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	14.979.825	14.979.825	13.998.195	13.998.195	
8730 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADASA DF- PLANO PILOTO	14.979.825	14.979.825	13.998.195	13.998.195	005/014
8504 -CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	1.101.600	1.101.600	611.720	611.720	
9560 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ADASA DF- PLANO PILOTO	1.101.600	1.101.600	611.720	611.720	006/007/008/61
8505 -PUBLICIDADE E PROPAGANDA	2.300.000	2.951.792	2.300.000	1.560.828	
8691 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-UTILIDADE PÚBLICA-ADASA DF- PLANO PILOTO	1.300.000	1.750.000	1.746.078	1.275.572	043
8703 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-INSTITUCIONAL-ADASA DF- PLANO PILOTO	1.000.000	1.201.792	553.922	285.256	044
8517 -MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	9.421.851	7.891.159	3.902.158	3.637.550	
9649 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADASA DF- PLANO PILOTO	9.421.851	7.891.159	3.902.158	3.637.550	009

Fonte: SIGGO

A Lei Orçamentária Anual, exercício de 2012, fixou dotação inicial no valor de R\$ 31.239.430,00, destinada ao Programa 6006 – Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado – Meio Ambiente. Este Programa engloba diversas atividades orçamentárias voltadas ao apoio, à gestão e à manutenção da Unidade, no âmbito das competências atribuídas a ADASA. Foram contempladas neste Programa 09 (nove) ações, das quais 07 (sete) tiveram execução em 2012.

- Bolsa Estágio**

Dentre as realizações do Programa está a concessão de bolsa estágio. Com a criação de novos setores, após a reestruturação da ADASA, fez-se necessário o aumento no quantitativo de estagiários, visando suprir o órgão de material humano necessário ao desenvolvimento de atividades não

passíveis de realização pelo servidor efetivo, além de proporcionar a um número maior de estudantes a sua preparação para o mercado de trabalho. No exercício de 2012, a concessão de bolsa estágio, por meio do Contrato nº 08/2011-ADASA, disponibilizou 40 (quarenta) bolsas de complementação Educacional, sendo 22 (vinte e duas) para estágio de nível superior e 18 (dezoito) de nível médio. Deste total foram ocupadas, no decorrer do exercício de 2012, 29 (vinte e nove) vagas, sendo que atualmente dispomos de 27 (vinte e sete) estagiários, atuando nas diversas áreas da ADASA.

• Capacitação de Servidores

A programação de Capacitação dos Servidores da ADASA, no exercício de 2012, foi fundamentada em quatro eixos de conhecimento que direcionaram a ação:

- ✓ Capacitação Corporativa;
- ✓ Capacitação Gerencial;
- ✓ Capacitação Técnico-Operacional; e
- ✓ Capacitação Geral, Seminários e Congressos.

A Capacitação Corporativa corresponde a treinamentos dirigidos para a formação de conhecimentos em grandes especialidades, propiciados pelos cursos de média e longa duração, tais como especialização, MBA, pós-graduação e mestrado.

A Capacitação Gerencial é orientada para a reciclagem, formação e especialização de gerentes e futuros substitutos nas atividades administrativas da gestão da Agência. Geralmente são cursos de curta e média duração.

A Capacitação Técnico-Operacional é orientada para a melhoria do “saber e do fazer”, de forma a aprimorar os processos de trabalho no que tange sua eficácia e eficiência. Assim como a Capacitação Gerencial, eles são de curta e média duração.

A Capacitação Geral é orientada para atender as necessidades complementares para permitir a sua empregabilidade interna e a representatividade da Agência no ambiente externo. É, normalmente, de média e longa duração.

Cada um desses eixos indica em que área de conhecimento o curso se classifica, tornando os processos de análise e escolha mais práticos.

No exercício, os servidores capacitados participaram de eventos, tais como, cursos, fóruns, seminários, congressos e simpósios, subdivididos em eventos “com” e “sem” ônus, nas áreas meio e fim, fundamentando-se pela necessidade da Agência em contar com pessoal qualificado em seu quadro funcional, de forma a dar suporte ao cumprimento da sua missão institucional, como segue:

Tabela 12: Participação de servidores em eventos de capacitação

Evento (por eixo)	Com ônus	Sem ônus	Total
Capacitação Corporativa	12	-	12
Capacitação Gerencial	10	-	10
Capacitação Técnico-Operacional	17	-	17
Capacitação Geral, Seminários e Congressos	50	-	50
Totais	89	-	89

Fonte: SAF

Com relação à Capacitação Corporativa, vale ressaltar, que atualmente 06 servidores estão participando do Mestrado Profissional em “Gestão e Regulação de Serviços Públicos de Saneamento Básico”. O curso tem como objetivo apresentar o aparato jurídico institucional que rege a gestão de serviços públicos no Brasil a partir de 1988, com ênfase em saneamento básico. Discutir os principais instrumentos de gestão pública e de implementação de políticas públicas para este setor. Apresentar as diferentes metodologias de avaliação dos sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, rede de drenagem e manejo de resíduos sólidos com ênfase na qualidade da prestação de serviços e principais impactos gerados pela ação do Estado nas esferas estaduais e municipais.

• Administração de Pessoas

A despesa estimada com pessoal para exercício de 2012 visou atender ao pagamento de vencimentos e encargos relativos a 97 (noventa e sete) servidores, dos quais 60 (sessenta) são servidores de cargos efetivos e 37 (trinta e sete) são servidores comissionados. No mês de dezembro foram nomeados mais 08 (oito) servidores de cargo efetivo. Essa contratação foi prevista na LDO/2010 (Lei nº 4.386/2009).

A realização da despesa foi de R\$ 13.998.195,00 em relação à despesa autorizada de R\$ 14.979.825,00, representando 93,4% de realização da meta financeira.

Foram concedidos os benefícios de auxílio-creche, auxílio-natalidade, auxílio-transporte e auxílio-saúde aos servidores, sendo que este último benefício foi autorizado a partir do mês de dezembro/2012, além do vale-alimentação/refeição, na forma demonstrada na tabela abaixo:

TABELA 13: BENEFÍCIOS

BENEFÍCIO	QUANTIDADE DE BENEFICIADOS
Auxílio-Creche	14
Auxílio-Natalidade	1
Auxílio-Transporte	4
Auxílio-Saúde	93
Vale Alimentação/Refeição	96

Fonte: SAF

Houve uma realização de R\$ 611.720,00, representando 55,5% da despesa autorizada para concessão de benefícios.

• Manutenção dos Serviços

Em relação à manutenção do órgão, a ADASA executou R\$ 3.902.158,00 representando 49,4% da meta financeira estabelecida. Foram executadas atividades com características de serviços continuados, compreendendo: vigilância, limpeza e conservação, passagens aéreas, locação de veículos, telefonia móvel, serviços de postagem, serviços técnicos de apoio administrativo e de saúde, confecção de crachás, carimbos, serviços de acesso à rede GDFNET, manutenção das instalações prediais, manutenção de elevadores, serviços de moto-mensageiro, dentre outros, além da aquisição de material de consumo e permanente, necessários ao funcionamento da Agência.

Foram investidos R\$ 73.203,59, com material permanente, mais especificamente com o contrato de fornecimento de livros e com a aquisição de impressoras.

• **Tecnologia da Informação e Comunicação**

Dentre as ações da ADASA em 2012, na área de gestão, ressalta-se a aprovação do Plano Diretor de Tecnologia de Informação e Comunicações, do qual se apontam as seguintes diretrizes e ações relacionadas:

- ✓ (D1) SOCIEDADE: Proporcionar maior celeridade e transparência no atendimento de demandas do Cidadão, Governo e Usuários de Água e de Serviços Públicos, através da ampliação da oferta de serviços eletrônicos via Internet.
- ✓ Ação D1.1: Aprimorar o aplicativo de Cadastramento Eletrônico de Usuários de Recursos Hídricos, disponibilizado no Sítio da Instituição, de modo a facilitar a identificação do perfil destes usuários e os procedimentos de emissão de outorgas.
- ✓ Ação D1.2: Desenvolver Sistema de Informação que automatize o processo de Consulta Pública, para plataforma web, a ser disponibilizado no Sítio Institucional da Agência.
- ✓ Ação D1.3: Implementar sistema de informação de possibilite a Gestão de solicitações de ouvidoria encaminhadas diretamente a Agência ou originada em outros Órgãos do Distrito Federal.
- ✓ (D2) RECURSOS HÍDRICOS: Possibilitar a apropriação, avaliação, fiscalização e monitoramento de informações referentes aos Recursos Hídricos do DF.
- ✓ Ação D2.1: Promover melhorias nos módulos do sistema de recursos hídricos da ADASA, utilizado nos procedimentos de Outorga, Fiscalização e Monitoramento da Quantidade e de Qualidade da Água.
- ✓ Ação D2.2: Desenvolver soluções tecnológicas para aporte ao Centro de Operações da ADASA, o qual atuará no monitoramento de recursos hídricos e da prestação de serviços públicos do DF.
- ✓ (D3) SERVIÇOS PÚBLICOS: Proporcionar a regulação adequada dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário; Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos; Drenagem e Manejo de Águas Urbanas; Distribuição de Gás e dos correspondentes Concessionários.
- ✓ (D4) PROCESSOS INTERNOS: Agenciar a automação de Processos de Trabalho e de Gestão, executados nas diversas unidades organizacionais da Agência, buscando o aumento de sua eficácia na produção de resultados.
- ✓ Ação D4.1: Desenvolver sistema de informação tendo como escopo a Gestão de Bens Patrimoniais da Agência.
- ✓ Ação D4.2: Desenvolver sistema de informação para Controle de Deliberações da Diretoria-Colegiada
- ✓ (D5) COMUNICAÇÃO E COLABORAÇÃO: Diversificar os meios e as tecnologias de comunicações entre a Agência a Sociedade, Agentes Regulados, e entes Governamentais.
- ✓ Ação D5.1: Contratar serviços de Conectividade IP (acesso à Internet).
- ✓ Ação D5.2: Contratar serviços de Manutenção da Central Telefônica da Agência
- ✓ (D6) INFRAESTRUTURA: Reger a Infraestrutura de Tecnologia da Informação de modo a manter seus Ativos e Processos atualizados e alinhados às inovações Tecnológicas.
- ✓ Ação D6.1: Contratar serviços de Suporte Tecnológico e de Consultoria.

- ✓ Ação D6.2: Contratar serviços de Atendimento a Usuários.
- ✓ (D7) GOVERNANÇA: Desenvolver um conjunto de processos, costumes, políticas, leis, que regularão a maneira como o serviço de tecnologia da informação da ADASA deve ser dirigido. Inclui-se também aqui o estudo sobre as relações entre os diversos atores envolvidos (i.e. stakeholders).
- ✓ Ação D7.1: Capacitar servidores da unidade de tecnologia da informação e de comunicações em metodologias e boas práticas do setor.
- ✓ Ação D7.2: Prospectar aplicações e soluções baseadas em software livre, na busca de barateamento de custos.
- ✓ Ação D7.3: Adotar o padrão interoperabilidade e-ping, de modo a estabelecer condições de interação com os demais órgãos governamentais e com a sociedade em geral.
- ✓ (D8) COMPETÊNCIA: Promover a identificação e desenvolvimento de aptidões dos profissionais arrolados na área de tecnologia da informação.
- ✓ Ação D8.1: Capacitar servidores nos aspectos jurídicos e legais de contratação e gestão de contratos de soluções de TIC para o serviço público.
- ✓ (D9) SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO: Preservar a integridade, confidencialidade e disponibilidade de informações sob a gestão da Agência, além de promover o uso aceitável de recursos computacionais.
- ✓ Ação D9.1: Criar Política de Segurança da Informação
- ✓ Ação D9.2: Adquirir soluções voltadas a Segurança da Informação

• Atendimento ao Usuário e Mediação de Conflitos

Dentre as muitas atividades realizadas pela ADASA em 2012, merece destaque o foco no atendimento ao usuário, fato evidenciado na reestruturação da Agência, efetivada por meio da Resolução nº 02, de 13 de abril de 2012, pela criação do Serviço de Atendimento aos Usuários e Mediação (SAM), composto pelo Núcleo de Atendimento ao Usuário (NAU) e pelo Núcleo de Mediação (NM).

As atividades deste serviço promovem a aproximação entre o público externo e os técnicos da Agência, estes, normalmente, mais centrados no âmbito interno. Ao exercer o papel de mediador entre os vários atores envolvidos, a ADASA conhece os principais problemas apontados pela sociedade, no que se refere às atividades por ela reguladas e adquire uma riqueza de informações capaz de indicar aos seus gestores a percepção de todos os agentes do setor e o que pode subsidiar os processos decisórios da Agência.

(i) Atendimento ao Usuário

Durante o ano de 2012, foram recebidas 298 demandas/manifestações registradas dos cidadãos e usuários dos serviços públicos de águas, energia e saneamento e também foram realizadas 02 (duas) audiências públicas. As manifestações registradas estão assim distribuídas: denúncias 59%, reclamações 36%, informações 4%, sugestões e elogios 1%.

É importante mencionar que essas manifestações, independente de sua natureza, sempre carregam sinais de alerta, desafios e muitas reflexões. Cabe à ADASA transformar essas pautas em possibilidades de aperfeiçoamento institucional, tanto nos conceitos técnicos como ético-profissionais.

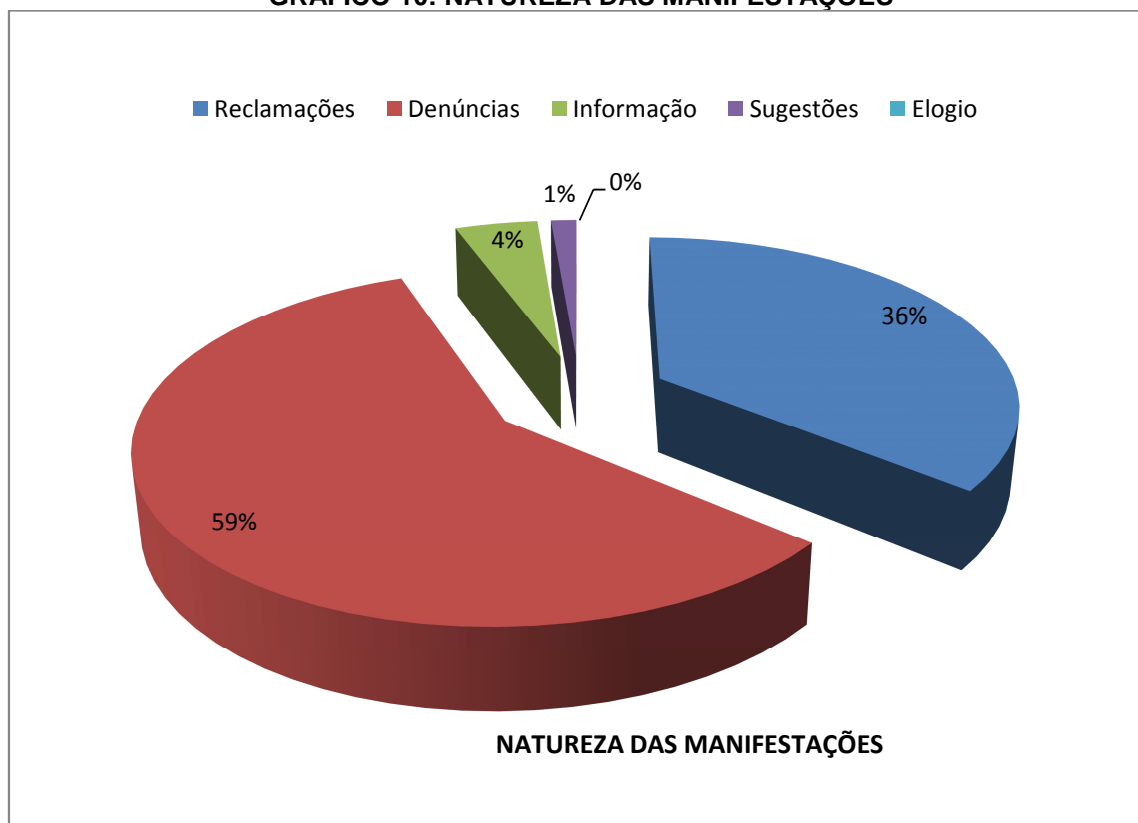
Apesar de algumas reclamações e denúncias serem improcedentes, a sua grande maioria toca em problemas que ainda persistem como a ineficiência dos serviços prestados pelos concessionários e a falta de transparência em algumas ações com os usuários.

TABELA 14: MANIFESTAÇÕES ATENDIDAS EM 2012

NATUREZA	MES												TOTAL GERAL	%
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez		
Reclamações	04	08	07	08	10	08	06	16	08	16	11	05	107	32
Denúncias	09	15	17	17	17	24	17	12	17	13	07	09	174	62
Informação	01		01	05		01		02		01	01	01	13	4
Sugestões			01	01	01			01					04	2
Elogio													00	0
TOTAL	14	23	26	31	28	33	23	31	25	30	19	15	298	100
PENDENTES	02	05	11	09	07	14	11	12	17	18	04	10	120	38
CONCLUÍDAS	12	18	15	22	21	19	12	19	08	12	15	05	178	62

Fonte: SAM

GRÁFICO 10: NATUREZA DAS MANIFESTAÇÕES



Fonte: SAM

GRÁFICO 11: SITUAÇÃO DAS MANIFESTAÇÕES

Fonte: SAM

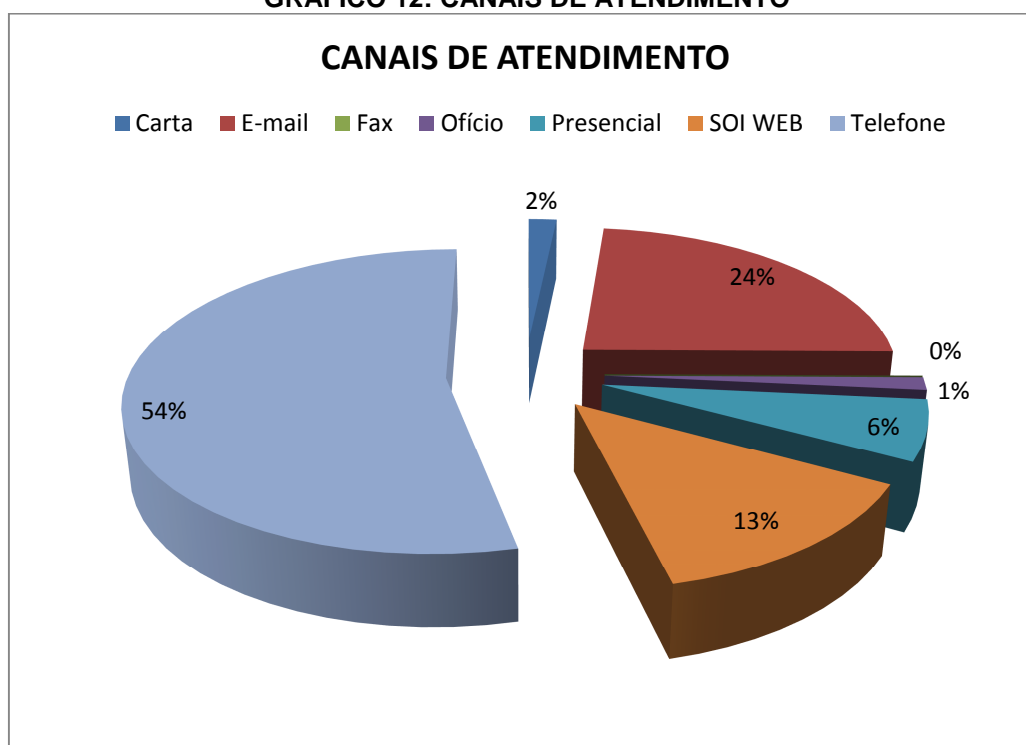
Na tabela 15 e no gráfico 12 a seguir são demonstrados que em 2012 a maior parte das interações de usuários se deu por meio do telefone 3961- 4900, que acolheu 54% das manifestações, conforme dados do gráfico. O segundo canal mais utilizado foi a internet, pelo qual chegaram 24% das mensagens. O SOIWEB (Sistemas de Ouvidoria e Informação do GDF - 156) que é terceiro canal mais utilizado, contemplando 13% dos atendimentos, que em sua maioria são referentes a denúncias.

TABELA 15: CANAIS DE ATENDIMENTO

Nº	CANAIS DE ATENDIMENTO	QUANTIDADE	%
1	Carta	05	2%
2	E-mail	70	24%
3	Fax	00	0%
4	Ofício	04	1%
5	Presencial	19	6%
6	SOI WEB (156)	40	13%
7	Telefone	160	54%
8	Secretária eletrônica	0	0%
	TOTAL	298	100%

Fonte: SAM

GRÁFICO 12: CANAIS DE ATENDIMENTO



Fonte: SAM

Tabela 16: Atendimento relacionado a recursos hídricos: cadastros e entregas de outorgas

Atendimentos	Tipo de uso: SUPERFICIAL	Tipo de Uso: SUBTERRÂNEO	PRESENCIAL	TELEFÔNICO	Outorgas entregues	Total/mê s
MÊS						
JANEIRO	26	76	79	23	11	102
FEVEREIRO	71	175	159	77	41	236
MARÇO	114	204	231	87	75	318
ABRIL	92	236	90	27	39	328
MAIO	94	264	238	123	62	361
JUNHO	79	188	176	91	39	267
JULHO	89	191	193	87	55	280
AGOSTO	88	204	162	130	27	292
SETEMBRO	106	185	208	83	64	291
OUTUBRO	73	142	130	85	40	215
NOVEMBRO	54	105	106	52	19	158
DEZEMBRO	41	68	82	25	13	109
TOTAL GERAL	927	2038	1854	890	485	2957

Fonte: SAM

As audiências públicas seguiram o rito de acordo com art. 28 da Lei nº 4.285/2008, convocadas por meio de ato específico, aviso publicado onde foi definida a matéria a ser discutida de cada audiência, os meios de acesso aos estudos técnicos que subsidiaram as propostas em debate, a especificação do público convocado, data, local e hora de sua realização.

TABELA 17: AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS NA ADASA EM

NÚMERO	ÁREA	DATA	OBJETO	DIVULGAÇÃO - PUBLICAÇÕES DO AVISO NO DODF E JORNAIS	PARTICIPAÇÃO	ATA PUBLICAÇÃO	ATO
Audiência Pública nº 001/2012	SRE	10/02/2012	Obter subsídios para o reposicionamento tarifário, levando em conta a prestação dos serviços e a manutenção do equilíbrio econômico financeiro do contrato de concessão nº 001/2006-ADASA, que regula a exploração do serviço público de água e esgotamento sanitário no DF.	DODF: 1ª Nº 19 de 26/01/2012 2ª Nº 24 de 01/02/2012 3ª Nº 26 de 03/02/2012 Correio Braziliense: 03/02/2011	Contribuições: 01 Participantes: 22	DODF nº 036 de 17/02/2012	Resolução nº 01 de 17/02/2012 Publicada no DODF nº 37 de 22/02/2012
Audiência Pública nº 002/2012	SRT	14/05/2012	Obter subsídios e informações adicionais referentes à alteração da Resolução nº 14, de 27 de outubro de 2011, que estabelece as condições da prestação e utilização dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário no Distrito Federal.	DODF: 1ª Nº 81 de 24/04/2012 2ª Nº 87 de 04/05/2012 3ª Nº 88 de 07/05/2012 Correio Braziliense: 10/05/2012 Jornal de Brasília: 10/05/2012	Contribuições: 04 Participantes: 20	DODF nº 097 de 18/05/2012	Resolução nº Publicada no DODF nº

Fonte SAM - *Até a presente data não foram publicados atos referente à AP 002/2012

(ii) *Mediação de Conflitos*

O Núcleo de Mediação (NM) da ADASA lida com dois tipos de conflitos diferentes, como segue:

- Conflitos sobre Recursos Hídricos (conflitos ambientais):

Tais disputas são complexas, pois versam sobre um bem ambiental em constante mudança, envolvem vários setores, outros órgãos e entidades públicas, além de vários indivíduos que estão envolvidos no problema, seja pelo vínculo comunitário, seja por compartilhar do mesmo bem. A mediação ambiental ainda é um instrumento muito recente, a Adasa pode ser a primeira agência a oferecer este serviço e com isso, inovar dentro da Política Nacional de Recursos Hídricos.

Para tal atividade algumas ações já foram tomadas, como a realização de um curso básico de negociação e mediação para servidores da ADASA que tem atribuição direta com gestão de recursos hídricos. Também estão sendo propostos cursos e palestras para os Comitês de Bacias Hidrográficas -

CBHs sobre mediação de conflitos dentro da Política Nacional de Recursos Hídricos, como parte dos projetos de acompanhamento dos comitês.

- Conflitos entre usuários e prestadores de serviços públicos regulados pela Adasa:

As disputas entre usuários e prestadores de serviços públicos diferem muito das disputas entre usuários de recursos hídricos, pois as primeiras são caracterizadas como disputas individuais, que se assemelham às disputas de consumidores e de fornecedores de serviços, enquanto as segundas se caracterizam por disputas comunitárias.

Analisando o cenário regulatório obtiveram-se algumas informações, como: a mediação de conflitos de disputas individuais já existe em algumas agências reguladoras, como ANEEL, ARCE e ARPE. A primeira só realiza mediação entre os grandes consumidores e os fornecedores de energia. As demais fazem mediação, que seria mais próxima da que a Adasa precisa realizar, ou seja, entre os pequenos e médios consumidores e a prestadora de serviço. Conclui-se ser muito interessante para a ADASA, realizar benchmark e estabelecer um trabalho de alinhamento com estas agências para alcançar um padrão de excelência na qualidade deste serviço prestado à população.

Outro ponto importante da análise do cenário é a necessidade de conhecer mais as demandas judiciais e administrativas contra as prestadoras de serviços para identificar todas as potencialidades do uso da mediação para este tipo de conflito e dimensionar a estrutura necessária para o setor. Dessa forma, será possível internalizar os conflitos do setor, diminuir as ações judiciais, tornando a regulação da Adasa mais efetiva e legítima. A possibilidade de uso da mediação deve ser divulgada e priorizada, pois agiliza os entendimentos para acordos e difunde a cultura de paz tão necessária ao convívio em sociedade nos dias atuais.

Ressalta-se que a Defensoria Pública do Distrito Federal, especificamente o NUDECON – Núcleo de Defesa do Consumidor tem sido responsável por muitas demandas judiciais e administrativas de pessoas de baixa renda contra a prestadora de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Destas, quatro já foram enviadas para a Adasa, as quais já foram analisadas.

• Publicidade e Propaganda

Com o objetivo de levar à sociedade informações sobre os serviços regulados e fiscalizados pela ADASA e campanhas educativas, utilizando os mecanismos de comunicação: notícias, informes e campanhas de publicidade (Institucional e Utilidade Pública), a Agência executou em 2012 seu Plano Anual de Publicidade, cujas destinações do orçamento foram como segue:

- (i) produção – criação e elaboração de peças publicitárias (filmes, documentários, material para a internet, spots para rádio, painel, anúncios, banner, faixas, cartazes, folhetos, folders, etc.) para serem utilizados nas campanhas institucionais e de utilidade pública. Despesa estimada: 40%
- (ii) veiculação – televisão, rádio, jornais para as campanhas institucionais e de utilidade pública, além da publicidade legal. Despesa estimada: 40%.
- (iii) serviços de Terceiros – brindes, distribuição de peças, ilustrações, expedição de mala direta, desenvolvimento de pesquisa de mercado (produtos, serviços e de opinião), projetos especiais, apoio a eventos, decoração de fachadas, sinalização interna, montagem de estandes, cenários, palcos, arquibancadas, traduções para outros idiomas, e demais serviços. Despesa estimada: 20%.

A ADASA publica anualmente o Plano Anual de Publicidade, que prevê, além das inserções de caráter legal (audiências públicas, editais, etc.), a realização de campanhas de utilidade pública e institucional. Essas ações visam informar a sociedade sobre temas pertinentes às competências da ADASA, bem como prestar conta dos atos da Agência.

De janeiro a dezembro parte dos recursos de publicidade foram aplicados em publicação de editais, apoio às audiências públicas, eventos significativos como o da semana da água, elaboração de documentários educativos – sobre lagoas e cachoeiras, folders, folhetos, catálogos e cartilhas sobre o uso racional da água.

Os temas de campanhas publicitárias tiveram a seguinte abordagem:

- a) campanha Institucional – reforçar a imagem da ADASA no seu papel de agente regulador e fiscalizar dos serviços públicos de água e esgotamento sanitário e de drenagem e saneamento básico;
- b) campanhas de Utilidade Pública (Educativas) – Uso Racional da Água (superficial e subterrânea), Recadastramento de Usuários dos Recursos Hídricos, Comitês de Bacias, Educação Sanitária de Saneamento Básico, Dia Mundial da Água, entre outras.

(i) Semana Mundial da Água 2012

Na semana em que se comemora o Dia Mundial da Água a ADASA realiza uma série de programações para promover no Distrito Federal o tema escolhido pela Organização das Nações Unidas (ONU) para lembrar a criação da importante data. Através de ações esportivas e sócio-educativas a Agência traz à tona a discussão sobre diversos temas relacionados à água, reafirmando seu papel como incentivadora da sustentabilidade dos recursos naturais.

A Corrida e Caminhada das Águas, realizada em parceria com a Agência Nacional de Águas (ANA), é uma competição gratuita que faz parte do Calendário de Corridas de Rua do Distrito Federal. Em quatro edições, a prova se consolidou como uma corrida inclusiva e familiar, o que a cada ano atrai mais público ao evento. Em 2012, a Corrida e Caminhada das Águas contou com a participação de 2,5 mil pessoas.

Certa de que a prática esportiva atua como ferramenta em prol da conscientização ambiental, em 2012 a ADASA uniu forças com a Secretaria de Estado de Esporte do Distrito Federal com intuito de envolver crianças e adolescentes dos Centros Olímpicos do DF nas comemorações do Dia Mundial da Água. Os Jogos das Águas, que contou com a participação de 280 alunos dos Centros Olímpicos do DF, foi uma grande celebração que uniu esporte e conscientização no Parque da Cidade.

Em 2012, durante a solenidade de abertura das comemorações do Dia Mundial da Água, a ADASA homenageou, pelo terceiro ano consecutivo, os três produtores rurais identificados pelos serviços hábitos de consumo sustentável com o prêmio Guardiã da Água.

Outra iniciativa da Agência no auxílio a formação de cidadãos dispostos a criar novos hábitos foi o concurso Mascote da ADASA. O concurso, em parceria com a Secretaria de Educação, procurou incentivar a criatividade dos alunos do 4º e 5º anos do Ensino Fundamental que através do desenho tiveram a oportunidade de aprender e incorporar prática e hábitos para o uso racional da água. 2,4 mil estudantes das regionais de ensino do Paranoá, Plano Piloto, Cruzeiro e São Sebastião participaram do concurso que premiou com tablet, celular e máquina fotográfica os vencedores.

No último ano, a segunda edição da Regata das Águas, competição que acontece no late Clube de Brasília, contou com a participação de 40 embarcações da classe oceânica que navegaram nas águas do Lago Paranoá em prol do uso racional da água.

Este ano a ADASA participou como parceira do evento **Clean Up The World**, em Brasília foi comemorado de uma maneira diferente. O evento que representou a maior campanha de limpeza de rios, praias e lagos do planeta, trouxe à tona não só a necessidade de se preservar o mais importante lago da região central do Brasil, o Lago Paranoá, como temas que vêm ganhando cada vez mais destaque em eventos promovidos pelo Governo do Distrito Federal, tais como sustentabilidade e inclusão social.

A segunda edição da Semana Lago Limpo, organizada pela ADASA, orientado para a limpeza do lago, contou com o engajamento em práticas sustentáveis com mais de mil pessoas, entre as programações planejadas, onze oficinas de reciclagem ensinaram o reaproveitamento de diversos tipos de material descartáveis, uma exposição e um desfile de moda sustentável demonstraram como o lixo pode se transformar em arte, e a apresentação cultural de alunos da rede pública de ensino.

Além das programações educativas e culturais, mais de 300 atletas vestiram a camisa do evento que levou o esporte para dentro do lago premiando os três primeiros colocados e distribuição de

medalhas para os demais participantes.

Nos dois dias voltados para limpeza das margens do lago, 5,2 toneladas de lixo foram recolhidas por reeducados da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso (FUNAP).

Ao final da coleta do lixo foi exposta ao lado da Ponte JK na QL 26, uma gaiola com lixo recolhido das margens do lago com aproximadamente uma tonelada, içado em um guindaste para sensibilização dos usuários do Lago Paranoá e a população em geral. Com um banner “O Lago Paranoá não é uma lixeira, preserve o nosso lago limpo”.

FIGURA 11: DIA MUNDIAL DA ÁGUA



PROGRAMA TÊMÁTICO:

6222 - PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA**TABELA 18: EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
2426 - REINTEGRA CIDADÃO	70.000	70.000	39.611	33.611	
8394 - REINTEGRA CIDADÃO-ADASA DF- PLANO PILOTO	70.000	70.000	39.611	33.611	012

Fonte: SIGGO

Com o objetivo de prevenir e combater as diferentes formas de ameaças e violação de direitos humanos no Distrito Federal, este Programa contempla a execução do Contrato celebrado por esta Agência com a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do DF, visando a contratação de detentos para prestação de serviços de garçom, serviços gerais, copeiro e operador de máquina de reprografia. A ação merece destaque por sua relevância social, pois tem como objetivo proporcionar a re-socialização dos sentenciados do Sistema Penitenciário do DF, no sentido de possibilitar o retorno do preso ao convívio social.

O contrato nº 05/2008-FUNAP/ADASA prevê a contratação de 06 (seis) detentos, porém, atualmente contamos com 03 (três) detentos, exercendo as atividades de auxiliar de copeiragem e auxiliar de serviços gerais. O valor executado em 2012 foi de 39.611,00, representando 56,5% da despesa autorizada.

001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÕES ESPECIAIS**TABELA 19: EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**

0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÕES ESPECIAIS	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
9001.6175 – EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR – ADASA/DISTRITO FEDERAL	12.000	12.000	0	0	001
9033.9549 – FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO – ADASA/DF/PLANO PILOTO	700.000	700.000	340.000	282.572	002
9050.7034 – RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES – ADASA/DF/BRASILIA	650.000	950.000	921.459	921.459	003

Fonte: SIGGO

O PASEP foi criado pela Lei Complementar Federal nº 8, de 03/12/70 e tem o objetivo de propiciar aos funcionários e servidores públicos civis e militares, participação na receita dos órgãos e entidades integrantes da administração pública direta e indireta, nos âmbitos federal, estadual, municipal e das fundações, que possibilita aos funcionários/servidores usufruírem o direito ao recebimento de um abono anual.

O recolhimento da contribuição é mensal, resultado de 1% da receita corrente arrecadada ou repasses correntes recebidos, totalizando 12 (doze) contribuições ao todo. Como a ADASA recebeu aproximadamente R\$ 31.516.870,00 de recursos financeiros deverá recolher 1% deste montante ao fundo do PASEP. Em 2012 a despesa autorizada foi de R\$ 700.000,00, tendo sido empenhado o valor de R\$ 340.000,00 até dezembro de 2012, representando 48,5% de execução.

Quanto às despesas com ressarcimentos, atualmente a ADASA dispõe de 08 (oito) servidores requisitados de órgãos do GDF e da União, dos quais 04 (quatro) com ônus para esta Unidade. Até o mês de dezembro de 2012 foi empenhado o montante de R\$ 921.459,00 para despesas com ressarcimento salarial de servidores requisitados, representando 96,9% de execução da meta financeira. Sobre a meta física verifica-se, conforme Tabela 17 abaixo, que a ADASA possui 08 (oito) servidores requisitados, no entanto existe a obrigatoriedade de ressarcimento apenas de 04 (quatro) requisitados.

TABELA 20: META FÍSICA

REQUISITADOS	GDF	UNIÃO	TOTAL
	nº físico		
2012	07	01	08

Fonte: SAF

4. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

4.1 Acordo de Cooperação Técnica ADASA/UNESCO

É importante destacar o Acordo de Cooperação Técnica Internacional para Desenvolvimento de Estudos e Organização Institucional da ADASA (denominado PRODOC), com a contratação pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura- UNESCO. Os objetivos desta cooperação técnica são a realização de estudos e o provimento dos meios essenciais para fortalecimento das políticas de recursos hídricos e saneamento básico, com vistas ao suporte do processo de consolidação da matriz institucional do sistema de gestão de recursos hídricos e do saneamento básico do Distrito Federal. Além disso, ela visa à estruturação técnica e estratégica da ADASA, no qual estarão definidas as suas áreas de atuação e a sistemática de elaboração, acompanhamento e avaliação dos planos, programas e projetos decorrente do mandato da Agência. Está previsto, também, esforço de capacitação e treinamento dos recursos humanos existentes e daqueles a serem incorporados por concurso público durante tal processo, possibilitando ao Distrito Federal alcançar excelência nas áreas de gestão e regulação dos usos dos recursos hídricos, saneamento básico e outros serviços públicos.

Registra-se que durante o ano de 2012, a execução ficou relativamente prejudicada em relação a novos projetos, em função da necessidade de revisão do prazo do PRODOC. Como a maioria das contratações necessárias tem duração superior a 6 meses e o prazo se encerrava em junho, ficava inviável realiza-las. No segundo semestre, após a ampliação do prazo para execução das atividades até dezembro de 2013, fruto de negociações com a Agência Brasileira de Cooperação ABC e com a UNESCO, algumas contratações foram realizadas. A execução financeira durante o ano de 2012 alcançou o total de R\$ 1.056,655,00 (um milhão, cinquenta e seis mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais), totalizando, no ano, aproximadamente 15% do total previsto para o Projeto. Considerando o acumulado até o final de 2012, chega-se a 34,79% de realização financeira e 60% de execução física.

5. Conclusão

Em face de todo o exposto, conclui-se que, no cumprimento das metas fixadas para o ano de 2012, a ADASA alcançou o índice de desempenho médio global de 56% de execução física e 66% de execução financeira, sendo: Brasília Sustentável, 75% de execução física e 99% financeira; Aperfeiçoamento Institucional do Estado, 36% de execução física e 13% financeira; Meio Ambiente e Recursos Hídricos, 59% de execução física e 29% financeira; Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado – Programas de Gestão, 84% de execução física e 72% financeira o que é considerado um índice de desempenho institucional “Satisfatório”, de acordo com a metodologia de avaliação adotada.

6. PERSPECTIVAS

Neste contexto, esperamos ampliar para 2013 as ações: i) o alinhamento da ADASA com base estratégica de planejamento do Governo do Distrito Federal. Para tanto, os programas temáticos da Agência inclusos no PPA 2012-2015 possuem forte relação com os objetivos traçados em 04 dos 15 macroprocessos de Governo; ii) a celebração de contrato de concessão com a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP; iii) a implementação da cobrança da Taxa de Fiscalização do Uso dos recursos Hídricos - TFU, para todos os usuários de recursos hídricos; iv) a celebração de Contrato de Gestão e Desempenho com o Serviço de Limpeza Urbana – SLU, que estará responsável pela gestão e operação da limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos urbanos no Distrito Federal; v) a participação da ADASA no Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico – SINISA; vi) apresentação de estudo de fixação do novo valor da Taxa de Limpeza Pública – TLP para o exercício de 2014; vii) a ampliação da rede subterrânea e telemétrica de recursos hídricos; viii) a conclusão do processo da 1ª Revisão Tarifária Periódica da CAESB; ix) a implementação do Planejamento Estratégico da ADASA visando a prospecção de cenários e tendências para um horizonte até 2020.

6.1 Desafios

Os principais desafios encontrados pela ADASA, está diretamente ligada aos desafios comuns aos órgãos e entidades de regulação do país, podendo destacar os seguintes:

- ✓ Diversidade e heterogeneidade do marco legal;
- ✓ Riscos de captura pelos agentes do mercado;
- ✓ Insuficiente nível de entendimento da função regulatória no Governo;
- ✓ Absorção das atividades de formulação de políticas públicas por omissão das Secretarias de Estado;
- ✓ Exercício de poder concedente;
- ✓ Estrutura incompleta;
- ✓ Inadequação dos quadros de pessoal;
- ✓ Falta de cooperação entre órgãos dos Sistemas afetos;
- ✓ Insuficiência de instrumentos de controle social e de gestão;
- ✓ Restrições quanto aos usos de receitas destinadas a manutenção da Agência por decisões dos órgãos de controle;

7. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

É compromisso da ADASA contribuir para o avanço da gestão dos recursos hídricos, e regulação dos serviços públicos de saneamento básico e setores de energia elétrica e de derivados de petróleo, incluindo gás veicular e lubrificante, concentrando esforços na estratégia de atuação, o que exige ação proativa de sua força de trabalho na construção de alianças que ampliem seus resultados e insiram o tema uso sustentável de recursos hídricos na agenda de prioridades do DF.

A Agência, ao longo do ano de 2012, deu passos importantes no sentido de aperfeiçoar o seu desempenho na execução das ações sob sua responsabilidade. A análise dos dados e informações apresentados neste Relatório permite visualizar o crescente alinhamento das ações da Organização com os desafios postos pela Legislação afeta.

Nessa linha de atuação, as realizações focadas no desempenho da Agência, por Programa Temático, são tratadas nos respectivos desdobramentos constantes dos itens — 2 – Realizações. No mesmo item são apresentados os principais resultados, onde são destacadas as principais realizações que apresentaram relevantes avanços visando ao alcance dos resultados esperados, definidos a partir do Plano Plurianual da Agência e apresentando desse modo o crescente avanço da Agência.

8. IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS

8.1 Ordenadores de despesa da ADASA:

Vinicius Fuzeira de Sá e Benevides
Diretor Presidente - Titular

Assinatura: _____
Telefone: 3961-4956

Leosmar Litran dos Santos
Superintendente de Administração e Finanças

Assinatura: _____
Telefone: 3961-4918

8.2 Responsáveis pela Elaboração:

- Claudia Maria Holanda da Silva – Agente de Planejamento
Assinatura: _____ Telefone: 3961-4925
- José Bento da Rocha – Agente de Planejamento
Assinatura: _____ Telefone: 3961-4939
- Lucivane Madureira Sampaio Camargo – Agente de Planejamento
Assinatura: _____ Telefone: 3961-4915